

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 125

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 23 DE SETEMBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 09: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Neivo Beraldin - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada (licenciado); PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 05: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02: Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 01: Pastor Edson Praczyk.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DO FÓRUM SOBRE DEFESA DO
PACTO FEDERATIVO ANTE A
REFORMA TRIBUTÁRIA
REALIZADA EM
23 DE SETEMBRO DE 1999**
(quinta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Orlando Pessuti.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppino, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberto o

FÓRUM SOBRE DEFESA DO PACTO FEDERATIVO ANTE A REFORMA TRIBUTÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão e cumprimento a todos, não só os nossos companheiros Deputados, mas todos os visitantes, os participantes deste encontro, na certeza que vamos fazer todo o possível para que, deste encontro importantíssimo para o nosso Estado, extraíamos os melhores frutos.

(Lê):

“Considero oportuna e relevante a realização deste Fórum de Debates, no momento em que se discute a Reforma Tributária em nosso país.

A análise do perverso sistema tributário atual e, principalmente, os debates sobre a proposta de Reforma Tributária apresentada pelo Governo Federal despertam extrema sensibilidade e extrema preocupação nos entes políticos e na sociedade, pela inevitável repercussão sobre cada unidade federada, sobre cada município e cidadão contribuinte.

O Estado do Paraná, como unidade autônoma da Federação brasileira, tem, certamente, como tal seus interesses e objetivos voltados primariamente para a União Federal. Entendemos que o Pacto Federativo, intrínseco e da própria natureza da forma republicana de Governo, estabeleça os modos pelos quais se relacionam a União e as unidades subnacionais (Estados, Municípios e Distrito Federal), na repartição de verbas tributárias e na fixação de atribuições e responsabilidade entre os diversos níveis de Governo.

Todavia, o Paraná, como Unidade da Federação Brasileira, é do conhecimento de todos paranaenses, tem sido decisivamente afetado pelas mudanças operadas no Pacto Federativo desde 1988, o que tem gerado consideráveis dificuldades na capacidade de planejar e implementar políticas econômicas e sociais.

A carga tributária brasileira, que é elevada, atingindo mais de 50% do PIB brasileiro, é mal distribuída, burocrática e injusta.

Os municípios paranaenses, muitos dos quais já enfraquecidos em função de êxodo populacional, viram-se ainda, financeiramente agravados, quando novas competências lhes foram atribuídas sem o respectivo repasse financeiro.

O Congresso Nacional, neste momento, antes de definir as mudanças no Sistema Tributário, deve estabelecer, de forma clara, a distribuição de competência nas instâncias Federal, Estadual e Municipal, bem como o critério de repartição dos tributos. Deve, inevitavelmente, respeitar e estimular as características próprias da unidade federada, sua vocação e potencialidades.

O Paraná tem sua face própria no contexto nacional, no âmbito do bloco sub-continental do Mercosul e na comunidade internacional. Transpôs diferenças físicas, abriu fronteiras, reuniu nacionalidades diversas, em torno de objetivos políticos, sociais e econômicos. Modernizou-se, transformou-se de Estado consumidor em Estado produtor, detém um dos maiores PIB da Nação e enquadra-se entre os cinco maiores Estados da Federação, responsáveis por 70% da arrecadação dos tributos disponíveis.

Hoje o Paraná tem identidade própria, identidade regional, maneira sua de construir a história.

Todavia essa importância econômica e social não se tem traduzido, dentro da Nação brasileira, em igual importância nos cenários político, empre-

sarial artístico e cultural. As reivindicações paranaenses raramente tem sido atendidas, medidas que prejudicam o Estado passam com pouca ou nenhuma contestação, pouca adesão das comunidades, mesmo as diretamente atingidas.

Em função dessa realidade, a Assembleia Legislativa do Estado tem estimulado e apoiado ações que intitulamos ações PRÓ-PARANÁ, que despertem e motivem a participação de todos os setores da comunidade paranaense, uma mobilização conscientizadora, para elevar padrões de desempenho e atingir objetivos propostos.

Mais que uma discussão sobre a partilha de recursos públicos, é dar relevo às esperanças, aos anseios, às ricas peculiaridades e potencialidades do Paraná, sem perder de vista que o desenvolvimento não se constrói apenas com orçamentos: os governos, os homens de responsabilidade, as universidades, os sindicatos, o setor privado são chamados, para defesa das novas realidades.

Não se trata de insuflar a chamada de um paranismo emotivo. É como já se disse, “uma crença nos valores e nas potencialidades do Paraná”. Longe se vão os tempos em que o Paraná, no dizer do escritor Wilson Martins, “buscava fazer-se perdoar pelo simples fato de existir, passando longo período na reafirmação, reiterada e desnecessária de sua brasilidade”.

Vamos, sim, vincular o progresso e a modernização do Estado ao Paranismo, religião cívica, que abraça os ideais de ordem, de desenvolvimento e civilização: uma espécie de defesa operacional das grandes causas paranaenses, como foram, em passado recente, a federalização da Universidade do Paraná, a desfederalização do Território do Iguaçu e a campanha dos royalties, nestes últimos anos.

A realização deste fórum de debates Defesa do Pacto Federativo ante a Reforma Tributária torna-se, portanto, perfeitamente adequada e oportuna, valiosa contribuição ao tema das relações federativas a institucionais do Paraná”.

Com muito prazer e com muita honra a Assembleia coloca este pacto, este encontro sob a coordenação do Deputado Orlando Pessuti, que é também o representante desta Assembleia no Parlamento sul. É um homem público, portanto inteiramente sintonizado aos temas em debate e sólida participação política em nosso Estado nos assuntos relacionados à Região Sul. Estou convicto de que este encontro, este conclave atingirá os elevados objetivos de sua convocação e que dele sairá fortalecida a causa do nosso Estado.

Muito obrigado.

(Aplausos)

Ao concluir este meu pronunciamento, disse da Coordenação do Deputado Pessuti sobre este aspecto, aliás o Deputado Pessuti tem sido durante

um grande período o nosso representante nestas questões junto aos outros Parlamentos e a outras Assembleias e tem se mostrado de uma competência inequívoca. Por essa razão a Assembleia fica muito feliz em tê-lo aqui. Essa Presidência, mais honrada ainda fica, em passar a condução dos trabalhos para o Deputado Pessuti. Teremos o imenso prazer em participar desse conclave, muito mais como um ouvinte, podendo dar a nossa contribuição muito mais num aprendizado como participante do que qualquer outra coisa.

Portanto, passo neste instante a direção dos trabalhos ao nosso companheiro Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Sr. Presidente, nobre Deputado Nelson Justus, nobre 1º Secretário da Assembleia, Deputado Hermas Brandão, Deputado César Seleme que é o nosso diretor regional Sul da União Nacional dos Legislativos Estaduais, Deputado José Maria Ferreira, que também na posição de vice-Presidente desta Casa, a exemplo do Deputado Caíto Quintana, Deputado Nelson Garcia, também se colocaram à inteira disposição para a realização desse evento. Demais Deputados aqui presentes, Sras. e Srs., nosso cumprimento também ao Deputado Valdir Rossoni, líder do Governo do Estado do Paraná, presente também a esta reunião.

Como nós antes de abrímos a reunião já anunciamos a esse plenário, no dia de hoje, estamos tendo a oportunidade de, na Assembleia Legislativa, realizar outros eventos também de importância para o Estado do Paraná. Os Deputados hermas Brandão e Nelson Justus interromperam ainda há pouco a sua participação numa outra reunião, que acontece nas dependências do salão nobre desta Casa, para justamente com a presença de ambos na abertura deste nosso fórum de debates, demonstrar a importância que a Assembleia Legislativa atribui à nossa reunião de hoje. Dentro de alguns instantes, nós os liberaremos para que possam eles dar continuidade ao trabalho que estavam desenvolvendo até o início desta nossa reunião.

Devo dizer aos nobres Deputados, que a finalidade principal desse nosso fórum de debates é de procurarmos nós, os paranaenses que aqui estão reunidos e aqueles que todos nós representamos, estabelecer um compromisso de trabalho contínuo e permanente, a partir de agora, sobre a coordenação da Assembleia Legislativa do nosso Presidente, Nelson Justus, no sentido de que possamos não só hoje, amanhã ou semana que vem, mas que possamos em todos os dias que necessário se fizer, estarmos reunidos neste plenário ou em outra dependência desta Assembleia ou em outra qualquer de instituição pública ou privada do Estado do Paraná, para que possamos através desse grupo de trabalho que

se institui a partir de hoje, estarmos permanentemente discutindo as questões tributárias que interessam ao Estado do Paraná.

Devo dizer que ao longo desses 16 anos e 7 meses que estamos aqui na Assembléia, tendo a oportunidade, inclusive, de presidir essa Casa, em muitas oportunidades já nos reunimos para discutir assuntos tributários e outros assuntos que interessam ao nosso Estado.

Neste ano de 1999, em companhia de outros Srs. Parlamentares, inicialmente por designação do Deputado Anibal Khury e, agora, mais recentemente por designação do Presidente Nelson Justus, estivemos em Recife, em Manaus, Brasília, Porto Alegre e em todas essas oportunidades foi possível discutir a questão da Reforma Tributária, junto com o Deputado Germano Rigoto, Mussa Demis, P.Avelino, Colussi e junto com mais uma dezena de Deputados Federais, mais de três centenas de deputados estaduais, neste Brasil afora. E nós nos sentimos, em alguns momentos, um pouco que meio soltos nesta discussão, porque não tínhamos, pelo menos de nossa parte, um conhecimento mais aprofundado das questões, dos assuntos, dos interesses, das propostas, das sugestões que pudessem representar a unidade do pensamento, ou pelo menos, um ponto de equilíbrio dos interesses do Estado do Paraná.

Nós que estivemos no Nordeste, por ocasião da reunião de Recife, nós que estivemos no parlamento amazônico, por ocasião da reunião de Manaus, nós que estivemos em Brasília, com todos, pudemos, naquela oportunidade, sentir que se fazia necessária esta reunião de hoje, para que pudéssemos nos sintonizar, para que pudéssemos ajustar o nosso discurso e as nossas propostas, já que estamos na reta final da elaboração do relatório do Deputado Mussa Demis, já que estamos nos primeiros momentos da discussão desta proposta em Plenário. E queira Deus que ela chegue em Plenário, para ser discutida e votada! E precisamos todos nós, mais do que já fizemos, subsidiar os nossos deputados Federais e Senadores, para que eles num discurso único, num uníssono, possam representar os interesses do setor público paranaense, os interesses do setor privado, enfim os interesses do Estado do Paraná e da gente paranaense, neste processo de Reforma Tributária.

Disse bem o nosso Presidente, é momento de discutirmos a Reforma Tributária, sim, mas é momento muito mais oportuno para que possamos discutir a questão do pacto federativo. É por isso que teremos aqui um dos nossos palestrantes, falando a respeito disso. Porque num momento como esse em que se discute a reformulação tributária, no País, é necessário que deixemos claro, mas muito claro

mesmo a responsabilidade de cada um dos entes federados. E é por isso que estamos reunidos hoje.

E, sem mais delongas, damos por realmente aberto este Fórum de Debates do Pacto Federativo ante a Reforma Tributária, deixamos nosso Presidente Nelson, nosso 1º Secretário Hermas à disposição para cumprir o restante da agenda programada por eles para o dia de hoje, atender aos outros nossos convidados, que estão nas dependências da Assembléia.

De imediato convido os Deputados Seleme e José Maria Ferreira para que permaneçam na mesa principal na condição de 1º e 2º Secretários desta Sessão Especial.

Convido à mesa nossos palestrantes de hoje para que possam aqui se estabelecer e na seqüência cada um deles fazer o seu pronunciamento. Ao final dos pronunciamentos, destes companheiros e companheiras convidados, teremos a abertura dos debates que serão coordenados pelo Deputado José Maria Ferreira, nosso segundo vice-Presidente, hoje. Até há alguns dias atrás nosso Presidente da Comissão de Finanças, agora ele está deixando a Comissão, em função de passar a integrar a Comissão Executiva. Pelo Deputado Edson Strapasson, que é o vice-presidente da Comissão de Orçamento e pela Dra. Betina que é aqui da Assembléia Legislativa e também especialista em Direito Tributário.

Convido à mesa, neste momento, o Professor Dennison de Oliveira, coordenador do grupo de trabalho sobre defesa do pacto federativo. Convido também a Rosemeri Cardoso, Presidente da Comissão de Estudos de Reforma Constitucional e Presidente da 3ª Câmara de Conselho de Contribuintes do Paraná. Convido a Dra. Cláudia Arzúa, Procuradora do Núcleo Jurídico de Finanças da Prefeitura de Curitiba. Convido também a Procuradora Josélia Nogueira Broliani, representando a Procuradoria Geral do Estado. E também convido a permanecer à mesa o Deputado Irineu Colombo, que é também integrante da União Nacional dos Legislativos Estaduais, na condição de um dos seus dirigentes. Porque todos nós os Deputados, fazemos parte da União Nacional dos Legislativos Estaduais. Ele na condição de membro do Conselho Fiscal dessa entidade.

Foi na semana passada, conversando com o Presidente Nelson Justus, em companhia dos Deputados que têm nos acompanhado nessas reuniões pelo Brasil afora, sugerimos a ele que fizéssemos essa reunião no dia de hoje. E naquela oportunidade o Presidente solicitou a assessoria desta Casa, coordenada pelo Dr. Rafael De Lala, que iniciasse a tratativas todas, que mantivesse os contatos necessários para que pudéssemos estabelecer um roteiro de trabalho e estabelecermos também as pessoas que se pronunciariam no dia de hoje.

Diante daquilo que foi previamente ajustado e combinado, de imediato, sem mais delongas, com cinco minutos de antecedência, convidamos para a primeira exposição desta manhã, dentro do nosso Fórum de Debate e Defesa do Pacto Federativo ante a Reforma Tributária, para sua exposição, o Prof. Denníson de Oliveira, Coordenador do Grupo de trabalho sobre Defesa do pacto Federativo do Paraná.

O SR. DENNÍSON DE OLIVEIRA

Bom dia a todos Senhores Deputados, Membros do Corpo Técnico da Administração Pública Estadual, demais presentes. Gostaria de dizer que é uma honra muito grande estar aqui nessa Plenária, podendo dar uma contribuição ao encaminhamento desse debate. Tenho pouco tempo à disposição, então vou me ater aquilo que é essencial, que é especificamente a proposta do Deputado Mussa Demis que está sendo agora objeto de debate e votação em Plenário, que salvo melhor juízo, pode ser entendido como uma proposta que está sendo encampada pelo Palácio do Planalto.

Pairam dúvidas a esse respeito, porque ontem mesmo surgiram notícias que o Palácio do Planalto está encampando uma outra proposta, de uma Reforma Tributária, que não é essa do Deputado Mussa Denis, que é uma proposta bem mais simples, para contornar eventuais resistências e para poder garantir a aprovação da Reforma Tributária ainda nesse ano legislativo. É um fato novo, mas enfim, presumindo que a proposta Mussa Denis, contempla as teses do Planalto, tem o apoio da Presidência da República, podemos assumir que ela vai ser enviada a Plenário até que os fatos desconfirmem esse pressuposto.

A primeira coisa que tem que ser dito a respeito dessa Reforma Tributária, como já foi mencionada aqui pelo Deputado Nelson Justus, que abriu os trabalhos, também o Deputado Orlando Pessuti se pronunciou a esse respeito, diz respeito ao nexos evidente que existe entre a Reforma Tributária e o Pacto Federativo. Quer dizer, é impossível você discutir efetivamente Reforma Tributária sem fazer uma reflexão sobre as atribuições e responsabilidades, que as diferentes Unidades da Federação têm para com o contribuinte Brasileiro, que afinal de contas está pagando essa conta toda.

Infelizmente não é esse o encaminhamento que vem sendo dado à discussão sobre a Reforma Tributária. Muito pelo contrário, salvo melhor juízo, a principal motivação para essa Reforma Tributária, são os compromissos assumidos pelo Governo Federal, junto ao Fundo Monetário Internacional. Como é de conhecimento público, o Governo Federal está comprometido a gerar ainda esse ano, o superávit

nas contas públicas na ordem de 3% do PIB e também para os anos subsequentes.

Bem, isso evidentemente, constrange bastante as opções dos agentes históricos neste momento, porque eles não podem efetivamente, pelo menos do ponto de vista do Governo Federal, se comprometer com qualquer tipo de redução da carga tributária, que como todo mundo sabe é bastante elevada. Ouvi agora pouco, não tenho bem certeza, mas acho que foi do próprio Deputado Orlando Pessuti, que a nossa carga tributária é de 50%. Desconhecia esse número. Conheço uma avaliação da própria Receita Federal, que estima a carga tributária brasileira em algo em torno de 30%. Evidentemente deve depender da metodologia empregada. Se examinarmos as diversas propostas de Reforma Tributária que foram encaminhadas à Câmara. A gente nota que tem pelo menos um ponto em comum em todas elas, qual seja, a idéia de reduzir a carga tributária. Então vejam bem! A proposta do Deputado.

A proposta do Deputado Flávio Rocha que é um dos grandes defensores do imposto único, se aprovada, reduziria hoje a carga tributária para 13% do PIB. A proposta do Deputado Luiz Roberto Ponte se fosse aprovada representaria a nossa carga tributária com 15% do PIB. A proposta do Deputado Luiz Carlos Hauly reduziria para 17%. A proposta do Instituto de Ciências Econômicas aplicadas da USP reduziria para 17%. Já a proposta da força Sindical reduziria para 20%. Da Comissão Executiva para Reforma Fiscal é de 21%. A proposta do Deputado Germano Rigoto reduziria para 21%. A do Banco Mundial reduziria para 22%. A proposta do Deputado Mussa Demis aparentemente mantém a carga tributária na atual participação, o que ela tem com relação ao PIB. Todas as outras implicam em redução. Deve ser por isso que a proposta do Deputado Mussa Demis está sendo encaminhada e as outras não.

Qual é o interesse dos entes federativos com relação a Reforma Tributária? No que diz respeito a União, parece claro, a União está comprometida com a geração do superávit fiscal para assumir seus compromissos com o FMI. No que diz respeito a Estados e Municípios, o foco parece ser outro. Parece ser a manutenção da participação das demais unidades federadas no bolo tributário para que, Estados e Municípios possam fazer fácil os compromissos que estão assumindo. Um dos argumentos mais recorrentes do Governo Federal para implantar a Reforma Tributária é que, a partir do pacto federativo firmado em 1988, a União teria perdido renda para estados e municípios, ao passo que teria conservado suas atribuições. Isso de fato é verdade. O problema é que está se usando esse argu-

mento para um processo de transferência forçada, ou como se prefere alguns autores, transferência selvagem de atribuições para estados e principalmente, para municípios. O que vemos são os municípios brasileiros assumindo encargos na área da saúde e da educação sem, a necessária contrapartida do Governo Federal assume o compromisso de repassar os recursos necessários, nem sempre os repasses são cumpridos, o que deixa os prefeitos numa situação desesperadora. Conseqüentemente os grandes atingidos com a aprovação do Substitutivo Mussa Demis vão ser mesmo os municípios. Não é à toa que a Associação dos Municípios do Paraná convocou um grande encontro, foi em agosto, com a bancada Federal do Paraná, no qual se conseguiu efetivamente apoio de membros importantes para a manutenção de participação dos municípios na atual divisão de tributos, senão a sua ampliação. No caso de IPVA temos a proposta de ampliação que puxaria a participação dos municípios desse imposto 50% a 80%. Vou nominar os Deputados que estão envolvidos nessa iniciativa: Senador Osmar Dias, Basílio Villani, Gustavo Fruet, José Borba, Luiz Carlos Hauly, Márcio Matos, Osmar Ceraglio e Ricardo Barros. Também estão solidários, mas não exatamente comprometidos com as demandas dos municípios paranaenses, os Deputados Estaduais: Duílio Genari, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, José Maria Ferreira, Orlando Pessuti, Fernando Carli e Ricardo Maia.

Um último comentário que gostaria de fazer com relação ao Substitutivo Mussa Demis, diz respeito aquele que me parece ser um dos grandes interesses do Paraná que estão sendo contrariados nesse substitutivo. Sabemos que o Deputado Luiz Carlos Hauly apresentou uma emenda que previa o repasse de metade daquilo que vai ser o ICMS federal do imposto cobrado sobre a geração de energia elétrica. se isso fosse adotado, seria uma contribuição, para nós paranaenses, muito bem-vinda. Na atual sistemática pela qual o ICMS é cobrado no destino, todo esse ICMS de energia gerado das nossas hidrelétricas é cobrado geralmente em São Paulo e em outros estados que demandam a energia produzida nas terras paranaenses. Nas terras não, mas nas represas paranaenses. Essa proposta do Deputado Luiz Carlos Hauly não foi incorporada ao Substitutivo Mussa Demis. A única vinculação que existe com relação aos percentuais arrecadados pelo que deveria ser o ICMS federal, diz respeito à manutenção das estradas federais, de maneira que a geração oriunda da geração de energia elétrica que é feita no Paraná, que é o grande Estado produtor, vai servir para asfaltar estrada no Brasil inteiro, mas não necessariamente no Paraná.

Agora mesmo tivemos notícia de que o Sr. Jaime Lerner teve uma iniciativa muito louvável, muito bem-vinda de inculcar as taxas cobradas da inspeção de veículos para o financiamento da ciência a tecnologia. Independentemente dos méritos da proposta, a gente tem que elogiar essa iniciativa do governador Jaime Lerner, porque ela toca no ponto nevrálgico de qualquer proposta tributária, qual seja, o da destinação dos recursos. Nesse caso, diz respeito ao ICMS sobre a energia elétrica, a destinação não vai ser pelo menos privilegiadamente, para os Estados responsáveis por essa geração de energia. Talvez no caso do IPVA, essa vinculação entre o licenciamento de automóveis e o financiamento de energia seja uma coisa muito mais interessante para nós paranaenses.

De qualquer forma, o debate está aberto e deve transcender em muito à atual Reforma Tributária, quer dizer, independentemente do Substitutivo ser aprovado ou não, a gente jamais pode imaginar que vai esgotar o debate. Seja lá qual for o projeto de Reforma Tributária que o Planalto vai aprovar, provavelmente ele vai conseguir aprovar, infelizmente, vamos ter que voltar a esta Mesa e espero que seja aqui nesta Casa para voltar a discutir a seguinte questão. Tudo bem, é essa a divisão de tributos? Vamos discutir a questão a divisão de tributos. Queremos discutir sim e como cidadãos e contribuintes brasileiros devemos fazer questão de discutir sim quais as atribuições de Estados, municípios e da União. Nesse sentido eu me ponho a disposição, como tenho certeza que vários colegas meus da Universidade Federal do Paraná, também se colocarão à disposição desta Casa para contribuir com esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti)

Nós agradecemos a participação inicial do professor Denison de Oliveira, Coordenador do Grupo de Trabalho sobre defesa do pacto federativo pró-Paraná, evidente que ao final, muito mais poderá falar o professor nos debates que vamos realizar.

Passamos a palavra à Dra. Rosemary Cardoso, Presidente da Comissão de Estudos da Reforma Constitucional e Presidente da 3ª Câmara de Conselho de contribuintes do Paraná, nesse Ato, representante do Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Giovanni Gionédís.

Com a palavra a Dra. Rosemary Cardoso.

A Sra. Rose Mary Cardoso: A Secretaria da Fazenda vem acompanhando com profundo interesse e preocupação todos os projetos de Reforma Tributária que há longo tempo vêm sendo discutidos.

Nossos técnicos estão fazendo levantamento de números do impacto da arrecadação que cada

uma dessas propostas pode representar, de maneira a preservar os interesses paranaenses. Esses números estão sendo referendados pela COTEP e, após referendados, serão colocados à disposição desta Casa e demais interessados. O Estado do Paraná está coordenando esse estudo quanto ao impacto na arrecadação de cada uma das propostas a nível nacional e fornecendo subsídios e informações para os demais Estados. Acreditamos que dessa união de esforços de diferentes Estados é que poderemos ter a força necessária a manter a sua autonomia do Estado mercê da manutenção da sua competência tributária. Não se tem ainda uma adesão a uma das propostas. Estudamos os elementos técnicos a respeito do Iva partilhado, do Iva federal, do Icms partilhado e das diferentes propostas que foram apresentadas. Entretanto, não se pode prescindir em momento algum de firmarmos posição em alguns princípios que devem ser mantidos independentemente da proposta a que o Paraná vá futuramente aderir.

Esses princípios foram acordados em reunião com os nossos técnicos e peço licença para lê-los:

(Lê):

“Em primeiro lugar a manutenção da autonomia dos Estados; Garantia da arrecadação efetiva atual; a manutenção ou a adoção de um sistema que permita o incremento da arrecadação proveniente do esforço próprio da fisco estadual; a garantia da arrecadação para o Estado do Paraná decorrente de fatos geradores ocorridos antes da promulgação desta emenda; um mecanismo que assegure, caso seja aprovada, durante o período de transição, o ressarcimento com as perdas da imunidade nas exportações, sejam as concedidas antes da lei Kandir ou por elas concedidas; um estímulo à fiscalização e à retenção do imposto na origem, mediante participação na receita das operações interestaduais em razão do trabalho de arrecadação e de fiscalização do fisco estadual; uma simplificação e uma modernização de técnicas tributárias que não ofendam a autonomia do Estado.

Acreditamos, acima de tudo, que para que se chegue a uma Nação fortalecida, é indispensável que os Estados mantenham a sua autonomia tributária como substrato da sua independência política. Acreditamos que, qualquer que seja a proposta de Reforma Tributária, que se venha a aprovar e a qual vá o Estado do Paraná aderir. Não se pode esquecer que, para se obter uma Nação forte, é indispensável que o Estado também saia fortalecido.

Obrigada.”

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti)

Agradecemos a participação inicial da Dra. Rose Mary Cardoso, representante do Secretário de

Estado da Fazenda. E, sem sombra de dúvida, os pontos por ela inicialmente colocados são de fundamental importância para que o Paraná possa continuar prosperando e não venha a perecer mais do que já perece ante essa situação tributária do nosso país.

Disse bem o Dennison, esse aspecto das perdas que nós estamos acumulando seguidamente, com referência à não cobrança do ICMS da energia elétrica.

Todos sabemos que o Paraná produz mais de 30% da energia elétrica a partir dos rios deste País e que, certamente, mais da metade dessa energia produzida no Paraná não é aqui no nosso Estado consumida.

Lembro num trabalho que fizemos em 93 e 94 com a Associação dos Municípios do Paraná, naquela ocasião os números eram estarrecedores do ponto de vista das perdas que o Paraná tinha. E, evidentemente, que outras perdas se acumularam ao longo desse tempo, fazendo com que o Paraná perdesse realmente importante fatia de arrecadação que poderia estar aqui sendo investido no Estado do Paraná.

E a notícia que nos traz o Prof. Dennison de que, possivelmente, venham a taxar a energia elétrica e utilizar esses recursos para pavimentar todo o Brasil, é mais uma vez o Paraná se colocando sem nenhuma compensação, a serviço de todo o país.

Que bom que o Brasil pudesse dar um pouco de compensação por tudo aquilo que o Paraná tem dado de produção e de riquezas para este país.

Com a palavra a Dra. Cláudia Arzua, Procuradora do Núcleo Jurídico de Finanças da Prefeitura de Curitiba.

A DRA. CLAUDIA ARZUA

Bom dia a todos, caros colegas de Mesa, Deputados, autoridades, Senhores e Senhoras presentes.

Primeiramente gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui.

Embora os comentários sejam de que a proposta tornada pública pelo Relator Deputado Mussa Demes está sujeita a grandes modificações, o Município de Curitiba criou uma Comissão de Estudos sobre a Reforma Tributária.

Essa comissão é comandada pelo nosso Dr. Aristides Eduardo da Veiga, aqui presente, assessor da Secretaria Municipal de Finanças de Curitiba, e nós temos destacado alguns pontos relevantes sobre esta proposta.

A constituição de 88 delegou aos Municípios os seguintes tributos: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); Imposto sobre a Transmissão de bens Imóveis (ITBI); Imposto sobre Serviços (ISS); Taxas e Contribuição de Melhoria.

Vejamos, pois, o que vai mudar com a proposta do relator Mussa Demes:

No que tange ao Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana- IPTU, a referida emenda constitucional prevê, em seu art. 156, par.1º a possibilidade de adoção de alíquotas diferenciadas de acordo com a localização ou uso do imóvel, retirando do texto o termo “progressividade”, deixando o IPTU de ser instrumento para se alcançar a função social da propriedade urbana, porém determina que as alíquotas máximas serão fixadas em lei complementar.

Esta situação se revela idêntica ao da Constituição de 88 que previu que o imposto teria caráter progressivo segundo a função social da propriedade, definido em lei complementar.

Como até o momento não foi editada em lei complementar definindo a função social da propriedade, o Poder Judiciário tem entendido não ser cabível a adoção de alíquotas diferentes (Isto nos faz refletir sobre as palavras do nosso saudoso Mestre Geraldo Ataliba, que comentava em suas palestras que não haveria necessidade de haver uma Reforma Tributária.

Talvez se regulamentássemos o texto da Constituição e aplicássemos devidamente não precisasse modificar todo o texto, isso nos faz pensar, então vai se tirar o texto “progressividade”, mas vai continuar se remetendo a competência para definir as alíquotas a uma lei complementar, e será que essa lei complementar vai ser editada, então esse é um ponto para a gente refletir.

Assim nossa comissão no município sugere que o § 1º do art. 156, não vincule a adoção de alíquotas diferenciadas à lei complementar, o que efetivamente fere o princípio da autonomia municipal e deve por conseguinte ser resolvido dentro da própria comunidade através do legislativo local, e não ficar remetendo a lei complementar que possa vir a não ser editada.

Os problemas, portanto, desta nova redação quanto ao IPT são: de remeter à lei complementar a fixação das alíquotas máximas e por não abranger todas as possibilidades de diferenciação de alíquotas, tais como área e valor.

Quanto ao Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis ITBI, não sofrerá qualquer alteração.

No que se refere às Taxas de Serviços Urbanos, o art. 149, § 2 transforma as taxas de iluminação pública e limpeza em contribuição, o que se aprovado extingue a demanda judicial decorrente da divisibilidade e especificidades dos serviços, mas podem surgir outras questionando a constitucionalidade desta contribuição pelo seu próprio conceito.

Outro dia, conversando com a Dra. Joseli, informalmente ela me disse que acha totalmente inconstitucional essa contribuição então aí já me

parece que vem outros problemas, quanto a natureza jurídica e conceito dessa contribuição. Mas em termos de tributação para o município seria bem melhor.

Com relação a Contribuição de Melhoria, o novo texto facilita cobrança porque determina que será destinada para financiar obra pública, tendo como limite o valor orçado da obra.

Ou seja, vai facilitar a tributação. O problema é que podem também surgir questões jurídicas em torno da descaracterização desta contribuição em relação a orientação do Código Tributário Nacional, e daí virem novas brigas judiciais, mas em termos de tributação seria bem mais fácil para o município.

A parte que mais atinge realmente os municípios com a nova proposta seria a extinção do imposto sobre serviços, o ISS, que hoje é a principal fonte de receita do Município, representando em 1998, 20.6% do total das receitas correntes e 46% das receitas tributárias.

E em substituição ao ISS, cria-se o IVV (Imposto de Venda a Varejo e prestação de Serviços, que incidirá sobre a venda a não contribuintes do ICMS Estadual).

Ora, as vantagens que esse imposto traria em relação ao ISS são a ampla base de incidência e um suposto porque não se tem dados concretos, aumento da arrecadação.

Os problemas seriam: o risco de perda de receita; a dificuldade de fiscalização e operacional, porque até o município se adaptar a esse novo tributo teria que treinar o seu pessoal, então, operacionalmente, no início seria bem complicado, um desgaste político; uma suposta bitributação em relação ao IVA, há quem vá sustentar que a base impositiva dos dois impostos seria a mesma; e o maior problema seria ainda a incidência sobre serviços restrita a uma lista novamente, como se tem hoje em relação ao ISS.

Este ponto é que traz as grandes discussões judiciais para o Município de Curitiba é a lista de serviços.

Então, novamente os municípios ficariam restritos em relação a incidência a uma lista.

Então, a sugestão do município é que o mais sensato seria estabelecer quais os serviços que não estariam sujeitos a incidência. Ou seja, trocar a redação do inciso 1, parágrafo 3 do artigo 156, diz: “incide sobre serviços de Estado em Lei Complementar a redação passará, não incide sobre serviços de Estados em lei Complementar.

Assim, fazendo uma comparação rápida entre o ISS e o IVV, teremos o dobro de contribuintes para fiscalizar, mas sendo o tributo destacado dificilmente obteremos êxito em campanha para solicitarmos a nota fiscal.

Então, teremos o dobro de contribuintes, mas teremos o dobro de sonegadores. Então, até que ponto isso vai ser benéfico ou não é uma questão que são necessários estudos mais detalhados para simular financeiramente o resultado desse novo tributo. Não se pode tirar nenhuma conclusão sem se ter dados exatos.

Com relação ao novo ICMS, surtirão os seguintes reflexos:

Aumento da carga tributária dos prestadores de serviços, pois hoje a alíquota básica é em torno de 5% do ISS e passaria a ser em torno de 22%. Ou seja, vai acabar com muitos prestadores de serviços, que os pequenos prestadores de serviços vão ficar prejudicados, pois uma carga tributária que vai quadruplicar, não só aumentar.

Como será extinta a guerra fiscal do ISS, há grande possibilidade do Município de Curitiba atrair um número maior de prestadores de serviços.

O Município, tendo a possibilidade de fiscalizar os contribuintes do ICMS, em razão do IVV, certamente terá condições, atualmente não existentes, de aumentar o valor adicionado.

O problema seria o risco da redução do ICMS, se adotado o critério da incidência do destino.

Que hoje é tributado, o ICMS, é tributado na origem e se mudar para o destino o município, uma vez que recebe uma parcela do ICMS, também sairia prejudicado.

Bom, a nossa Comissão tem estudado outros pontos relevantes, mas não quero extrapolar o tempo. Então, para finalizar ao analisarmos os objetivos geria da Reforma Tributária, que seriam entre outros a redução do déficit público, eliminação da guerra fiscal, simplificação da legislação, redução de carga tributária, percebemos que os objetivos não estão sendo devidamente alcançados, ao contrário a proposta é extremamente centralizadora, transforma os Estados e os Municípios em meros coadjuvantes da arrecadação tributária, havendo um desfortalecimento do pacto federativo, ou seja, um rompimento deste pacto federativo com a quebra das autonomias e, na verdade estão sendo criados mais impostos do que já existem e a carga tributária está sendo aumentada. E, isso causa um desgaste para as fazendas públicas, para a população.

Mas, como tudo são hipóteses não sabemos nem se esta proposta vai ser aprovada e temos que aguardar e, enquanto isso vamos estudando as propostas que vão aparecendo e aguardando para ver o que vai acontecer efetivamente.

Muito obrigada.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Muito obrigado, Dra. Cláudia, pela participação inicial neste nosso fórum.

É evidente que temos que acreditar que possa realmente ser votada esta Reforma Tributária e que possamos estar cada vez mais defendendo os interesses do nosso Estado ante a todos os interesses que são defendidos por ocasião de uma discussão como esta.

Registro, com satisfação, a presença do Heron Arzua, nosso amigo e Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, também um dos mais profundos conhecedores da questão tributária não só deste Estado, não só deste País.

Quero dizer mais duas palavrinhas a vocês do porquê estarmos fazendo esta reunião esta semana, nos reunindo, nos preparando para debates outros que haveremos de ter.

Era para no próximo dia 30, termos aqui na Assembléia do Paraná uma reunião do Parlamento do Sul que congrega as Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná mais Mato Grosso do Sul que temos, de vez em quando, conseguido trazê-los para uma discussão conjunta com Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. E por que estamos fazendo isso? Porque, como disse a vocês, estivemos no Recife quando um enfoque muito forte em favor do Nordeste era colocado. Fomos à Brasília e todos os Presidentes de Assembléias Legislativas, com o Presidente Michel Temer, depois com o Germano Rigotto, o Mussa Dêmis e outros Parlamentares.

Estivemos também em Manaus com os deputados Seleme, Ademir Bier, José Maria Ferreira e lá ouvimos uma coisa muito forte no que diz respeito aos Estados Amazônicos. Constituíram o pacto amazônico, o Parlamento Amazônico. Depois vou ler um pouco o que disse o vice-Governador do Amazonas a respeito.

Como vamos ter estas reuniões do Conselho Parlamentar do Sul é evidente que nós do Paraná mais os outros Estados, temos que olhar tributária dentro de um enfoque federativo mas não nos descuidando dos interesses do nosso Estado e também desta região que estamos inseridos porque os outros Estados e os outros grupamentos de Parlamentares regionais estão fazendo a defesa cada um da sua Região.

Tenho aqui as notas taquigráficas da reunião de Manaus, as de Porto Alegre e estamos aguardando a chegada da reunião do Recife e iremos passar este grupo de trabalho para que sirva de fonte de consulta para que saibamos o que está pensando cada uma das pessoas envolvidas.

Disse lá o vice-Governador do Amazonas, o Samuel Hannan: Uma Reforma Tributária é feita para durar 25 a 30 anos. Não é reforma para ser emendada a cada ano, então como não foram considerados estes projetos todos vou aqui repetir com a permissão do Deputado Germano Rigotto: A

Reforma Tributária é o momento certo de se discutir o pacto federativo, é o momento certo de se discutir o que se quer da Federação. É esta a Federação que nós temos hoje, que nós queremos que continue pelos próximos vinte e cinco anos? E aí vai adiante citando e citando coisas e diz assim: e vou mais além, considerando que serviços essenciais como educação, ensino fundamental e ensino médio, responsabilidade de Estados e Municípios e parte da segurança pública, corpo de bombeiros, Estados e Municípios, limpeza pública, municípios, saúde, municípios e Estados e uma complementação da União através do sistema SUS e em contrapartida de serviço. Vamos para a parte de água e saneamento, Estados e Municípios, energia elétrica privatizadas ou em fase de privatização, rodovias, privatizadas ou em fase de privatização, telecomunicações, privatizada, portos, privatizado ou em fase de privatização, ferrovias, privatizadas ou em fase de privatização, sendo que nos Estados menos desenvolvidos, rodovias, portos e energia muitas das vezes não pode ser objeto de privatização e permanece como encargo de Estados e Municípios. Então, é correto com esta distribuição de encargos, ensino superior, segurança nacional, uma parte de saúde e o que mais está fazendo a União, enfim, ele faz aqui um relato de coisas todas, encargos todos que era até há bem pouco tempo quase que da obrigação e da responsabilidade da União e que está sendo passado sistematicamente aos Estados, municípios e a iniciativa privada e é por isso que ele defende uma discussão mais aprofundada desse pacto federativo dentro deste momento da Reforma Tributária que entende ele deva ser uma Reforma Tributária para durar no mínimo 25, 30 anos porque se não não se justificaria.

Então, são dados, são opiniões que nós temos registradas e que estará à disposição de cada um de vocês neste grupo de trabalho que nós estamos constituindo aqui na Assembléia, por determinação do nosso Presidente Nelson Justus, inicialmente do nosso ex-Presidente Anibal Khury, para que a gente possa através da Assembléia Legislativa motivar mais o Governo do Estado, as entidades municipais de Prefeitos e Vereadores, a iniciativa privada no sentido de que nós possamos ter aqui permanentemente uma discussão da nossa Reforma Tributária e como diz o professor Denilson, do nosso pacto federativo, desse modelo de federação que não é só questionado por nós e pelo professor Denilson, que é questionado lá em Manaus pelo Vice-Governador do Estado do Amazonas.

Sem mais delongas e interferência passo a palavra neste momento à Procuradora Josélia Nogueira Broliane, representando a Procuradoria Geral do Estado do Paraná e aproveito também para registrar a presença entre nós do nosso com-

panheiro, ex-Deputado, Joel Coimbra, hoje Procurador Geral do Estado do Paraná que já teve oportunidade, através da Procuradoria e do grupo de trabalho por ele liderado, trazer ao nosso Estado a presença do Germano Rigotto para um debate também sobre a Reforma Tributária. Muito obrigado pela presença, Deputado Joel Coimbra e de imediato a palavra com a Dra. Josélia Nogueira Broliane.

A SRA. DRA. JOSÉLIA

Exmo. Sr. Deputado Orlando Pessuti, ilustres Deputados presentes, autoridades, caros colegas, formamos na Procuradoria um Grupo de Estudos para acompanhar a Reforma Tributária e de início sentimos que todos os componentes desse grupo de estudos tinham a mesma idéia, a Reforma Tributária tal como preconizada não precisaria ser feita neste momento, de forma alguma. E não só porque o Deputado Orlando Pessuti trouxe a idéia do vice-Governador do Amazonas, mas porque é um sentimento que todos nós, operadores do Direito, temos.

A nossa Constituição Federal de 88, Senhores, é uma das melhores do mundo. A nossa Constituição de 88 traz o respeito ao princípio federativo, o atendimento às questões sociais, traz a idéia do estado social democrático de direito que se choca hoje com o posicionamento neoliberal que tem sido adotado por alguns políticos do nosso País.

O Estado de bem social, que foi muito bem implementado nos Estados Unidos e que foi idealizado na Constituição de 88, não chegou a ser implementado no Brasil por inúmeras interferências, não da sociedade que anseia por esse estado social, mas por influências externas e algumas projeções, poucas, diria, políticas internas.

A nossa Constituição de 88, Senhores para mim, é uma das melhores que já se fez. O que é que tem que acontecer, então, para melhorar este País? Porque os contribuintes anseiam alguma reforma. A complexidade da tributação não está na Constituição, de maneira nenhuma. A complexidade da tributação está na legislação infraconstitucional. Tudo poderia ser alterado pela legislação infraconstitucional. Se a Constituição prevê muitos tributos, ora, basta que a lei infra-constitucional não os institua. Basta que a lei que institui o PIS, por exemplo, seja revogada, para que o PIS não seja cobrado. Não é preciso que o PIS seja extinto da Constituição. Se a COFINS está onerando demais os contribuintes das empresas, basta que uma lei altere a COFINS ela não precisa ser extinta do texto constitucional, porque nesse momento, a CONFINS não é necessária ou, ao contrário, sendo necessária, que seja mantida. É assim que se operacionaliza a tributação. Não por inúmeras e sucessivas reformas

constitucionais que, como disse o governador: reformas são feitas para durar 25, 30 anos. No Brasil temos reformas a cada dois, três anos e nenhuma dá certo. Por que não dá certo? Porque temos um bom arquétipo constitucional tributário e queremos alterá-lo com isso interferimos na autonomia federativa dos entes federados. Estamos tentando, com essa reforma tirar a autonomia dos Estados, que têm inúmeras atribuições. Enquanto que a União conseguiu descentralizar as suas funções, deixando a seu cargo poucas atribuições sociais, educativas, educacionais.

Vejam, os Srs. que o ICMS, em 97 representou 56% da arrecadação total dos tributos do Brasil. Isso representou, em 97, 51 bilhões de reais. É muito? Não é. É suficiente para que se atenda todas as demandas, à que a Constituição atribui aos Estados. Os Estados têm, inúmeras funções a cumprir e nem com esses 61 bilhões estão conseguindo cumprir a contento, que dirá se reduzirmos a carga dos Estados.

É ilusão pensar, que nesse momento econômico, que estamos passando, que é possível uma Reforma Tributária que reduza para 20% a arrecadação, 20% do PIB. Não sejamos tão ingênuos. É impossível. Temos necessidades sociais a cumprir e elas precisam ser cumpridas.

Ouvi outro dia de um político, infelizmente, essa frase, de que senão temos dinheiro para financiar a educação, não vamos dar educação ao povo. Este é um pensamento tipicamente neoliberal. Ora, como não temos dinheiro para dar educação ao povo? O que se faz com o dinheiro arrecadado? Quais são as prioridades que um governo e um político têm de eleger? Tenho de eleger prioridades. E a educação está entre as prioridades de um país, porque o desenvolvimento depende da educação. Não tenho que eliminar a educação se não posso dar educação, tenho que cortar outros investimentos e dar educação, saúde ao povo. É nessa linha de pensamento, que estamos pensando na Reforma Tributária.

No entanto tudo isso que digo aos Srs. é um discurso, é claro deve ser feito, divulgado e difundido. Mas também não podemos deixar de analisar o que está posto na nossa realidade o substitutivo do Deputado Mussa Dêmis, a proposta do governo Federal. Fizemos um relatório sobre toda a proposta, artigo por artigo um relatório crítico, já enviamos a todos os Deputados Federais do Paraná, aos Senados do Paraná, agora, ao Deputado Pessuti e a todos os Deputados da Casa, para que leiam os nossos apontamentos críticos sobre cada artigo do substitutivo do Deputado Mussademis. Este é um relatório preliminar as nossas reflexões ainda estão sendo feitas nesse nosso grupo de estudos. Mas vou trazer aos senhores algumas reflexões que fizemos

sobre a proposta do Substitutivo, com relação ao ICMS.

O que acontece em relação aos tributos dos Estados na reforma? Muda-se substancialmente o ICMS e mantém-se o IPVA e o ITCMD, sem nenhuma alteração. O IPVA e o ITCMD são tributos de inexpressiva arrecadação frente ao ICMS. Retira-se totalmente a competência Legislativa dos Estados, para legislar sobre o ICMS, ou seja, somente a União terá competência para instituir e legislar sobre o ICMS. Isso quer dizer que fere o princípio federativo, o Substitutivo, porque retira totalmente a autonomia estadual frente e este importante tributo.

Embora o nome seja ICMS compartilhado digo aos senhores que não é ICMS compartilhado, o nome dele é ICMS federal. Também não é IVA o nome desse tributo porque não se alterou a estrutura deste tributo para adequá-lo ao IVA do modelo europeu ou a ITVA francês, não se alterou a estrutura. O que é o IVA? O IVA é aquele tributo que incide sobre o valor agregado. Então se eu compro uma mercadoria por 100 e vou vender por 120 tributo 20 que acresci ao 100, esse é o IVA, imposto sobre valor agregado. NO ICMS não, a tributação incide sobre o total da operação e do crédito em razão do tributo pago na operação anterior. Então eu tributo sobre o 100 tributo sobre o 120 mas dou crédito pelo tributo que paguei na operação anterior. E além disso ainda no ICMS a alíquota é aplicada sobre a base de cálculo, por dentro, então o tributo é retirado de dentro do preço da mercadoria. Se vou vender uma mercadoria a 100 eu não vou aplicar a alíquota de 17 sobre 100, retiro 17 de dentro do 100. Então não tenho clareza na alíquota aplicada neste tipo de tributação. Foi a sistemática aplicada no Brasil, desde a instituição do ICM. No IVA, geralmente ocorre o contrário, a alíquota é aplicada sobre o valor agregado, então sei quanto é o tributo que pago, imediatamente, porque aplico a alíquota sobre o valor que cresço. Então não é IVA o que temos e nem a proposta é de IVA e até agora não vi nada que se assemelhasse ao IVA, nem na proposta que o Governo Federal está fazendo agora, também acredito que não seja o IVA. É um tributo que estamos criando dentro da nossa realidade, dentro dos anseios do Governo Federal e de alguma influência que está sofrendo, externamente.

Muito bem, além de nos retirar a competência legislativa este Substitutivo na última versão, agora de agosto, trouxe o que nos surpreendeu muito, uma pequena competência legislativa. Não havia, nos outros textos nada, o Estado não podia legislar sobre nada e nessa última redação percebemos que foi inserido, no inciso 6º do Artigo 154, a possibilidade do Estado legislar, em até 10% sobre a alíquota estadual. Porque o ICMS partilhado nesta proposta ele vai incidir com duas alíquotas sobre a

mesma base. Vou ter a mesma venda de mercadoria ou prestação de serviços, uma alíquota federal e uma alíquota estadual. Esperávamos, ao menos que, estivesse escrito no Substitutivo que seria pago o tributo separadamente. Então a alíquota federal seria paga por uma guia da União e a estadual seria paga por uma guia diretamente aos Estados. Mas isto não está claro! Esta questão certamente será submetida a Lei Complementar e dizer: apesar de existirem duas alíquotas você preenche uma única guia, para simplificar, porque é esta a idéia da reforma mas o dinheiro vai todo para a União, e aí vamos ficar dependentes do repasse que a União fará, se fizer.

Além disso, o que nos surpreendeu muito, foi uma criatividade imensa do Substitutivo, em algumas situações haverá eliminação da alíquota estadual. Então os senhores vejam, temos a mesma operação com duas alíquotas, mas em alguns casos, esta alíquota, do Estado, será anulada. Os senhores vão dizer: -Não, mas é bom que seja anulada, aí o contribuinte vai pagar menos imposto. Não, senhores, esta alíquota anulada será acrescida à alíquota da União. Então, em algumas situações a União vai cobrar duas alíquotas, só que não vai repartir com o Estado esta tributação.

Isso talvez seja resolvido dentro desse sistema na questão do Imposto Seletivo. Talvez o Imposto Seletivo que agora está sendo cogitado, venha substituir esta coisa terrível que nos surpreendeu muito.

Em alguns casos, também haverá anulação quando se tratar de operações interestaduais destinadas a não contribuintes ou contribuintes submetidos a regime simplificado. Nestes casos, também o Estado não terá direito a esta alíquota. E esta alíquota será acrescida a União. Repassando a União, somente aos estados, àquilo que conseguir receber. Então o produto de arrecadação que a União terá disso, ela terá que repartir um pouquinho com os Estados, agradar um pouquinho os Estados. O Substitutivo também confere imunidade na Exportação, como já esperávamos, esse é um dos objetivos da Reforma de exonerar as Exportações na Navegação Aérea. Sabem os senhores, que as empresas de Transporte Aéreo, fizeram uma grita geral, porque não queriam ser tributados pelo ICMS, após a Constituição de 88, e pela Lei Complementar elas voltariam a ser tributadas. E foi inserido no texto Substitutivo a imunidade para Navegação Aérea. E com o termo Navegação, que foi o termo utilizado naquela Dim (?), que defendíamos que não era Navegação e sim transporte, assim como qualquer outro transporte, terrestre, marítimo. E o termo Navegação foi acolhido. Espero que isso seja abolido. E também a imunidade no ouro. Haverá uma Lei Complementar que vai regulamentar este

tributo, substituí-lo e Regulamentá-lo. Só que essa Lei Complementar, que seria a única, que não haveria Legislação Estadual, porque já disse aos senhores que os Estados não terão competência Legislativa plena, será regulamentada por um Decreto exclusivamente da União.

Ora! Se o ICMS como o próprio nome diz é partilhado e se a União quer partilhar esse tributo com os Estados, para somente a União, fazer o regulamento. Por que não a União e Estados? Dificultaria e muito! Sabemos, porque o Decreto precisa ser ágil. Por outro lado deixa bem claro a intenção, que é retirar a competência dos Estados e atribuí-la a União. Porque o regulamento em matéria tributária tem muita importância. Todos aqui que trabalhamos com matéria tributária sabemos disso. Muitas vezes o regulamento é mais importante que a própria lei que institui o tributo. A lei é vaga, genérica. O Regulamento é específico, claro, quando não cria situações novas, é condenável, mas acontece, é matéria tributária.

Então atribuir a União essa prerrogativa é demasiado grave. Outra coisa surpreendente, foi que embora seja compartilhado esse tributo, só haverá possibilidade de discussão na esfera Estadual, o Judiciário é que vai dirimir as controvérsias. E o Conselho de Contribuintes também será apenas o Estadual, ou seja, a União pode cortar os gastos, reduzir pessoal, porque nós do Estado, vamos manter os Procuradores do Estado defendendo o ICMS partilhado, vamos manter o Conselho de Contribuintes decidindo as questões Administrativas Fiscais, porque eles não vão precisar custear esses importantes setores de defesa. E mais, cria um Tribunal sediado em Brasília aí, que vai decidir em última instância as questões administrativas, um Tribunal composto por representantes da União dos Estados do Distrito Federal, e este Tribunal, as decisões desse Tribunal, terão eficácia vinculante similares as das decisões declaratórias de Constitucionalidade. O que entendemos péssima! Porque a súmula vinculante já não é bom. Agora súmula vinculante para Tribunal Administrativo é péssimo! súmula vinculante para decisões tributárias é pior ainda. Isso quer dizer, que não vou poder alterar nunca uma decisão tomada neste momento político econômico e vou alegar a súmula vinculante de uma decisão de anos atrás. E uma decisão vincula o Brasil com tantas diversidades regionais, vai se submeter uma decisão, a uma decisão? Às vezes a mesma decisão que se toma no Nordeste não pode ser tomada no Sul. Vivemos realidade totalmente opostas. Para que súmula vinculante? Se queremos criar um tribunal administrativo, como é essa pretensão do substitutivo, que façamos um tribunal democrático. Que as pessoas tenham liberdade para julgar e manifestar o seu pensamento. E, principal-

mente, tenhamos a preocupação de compor este tribunal com pessoas competentes para lá estar. Porque vão estar decidindo questões importantes da tributação. Quem vai compor esses tribunais? O substitutivo não menciona nada disso. Estaremos nas mãos lei infra-constitucional.

Este tribunal administrativo previsto no substitutivo ainda tem mais um inconveniente. Ele também interferirá no regulamento que vai ser criado pela União. Foi uma forma, talvez, de possibilitar o acesso dos Estados à feitura do regulamento. Mas sabemos que tribunal administrativo interferindo em feitura de regulamento nunca vai haver consenso. Isso não resolve o problema. O Deputado Luiz Carlos Hauly esteve no Paraná a nosso convite na Procuradoria, discutindo conosco esse nosso estudo sobre o substitutivo. Ele nos disse que a idéia que tem é que fosse criado uma agência, um conselho, alguma coisa assim. Para que nesse conselho seja feito o regulamento. O que acho muito mais prudente que se faça.

Gostaria de registrar aqui a nossa crítica da Procuradoria Geral do Estado com relação a reforma como está sendo conduzida. Poderia ser outra. Poderíamos estar fazendo uma reforma infra-constitucional com êxito muito maior. A União não precisa do ICMS. A União possui outros mecanismos de tributação. Embora a União, na Constituição de 1988, não tenha sido beneficiada, ela foi liberada de inúmeras atribuições. Por isso que os estados foram premiados com a manutenção do ICMS na sua arrecadação. Retirar isso agora e manter as atribuições, porque o capítulo que trata das atribuições não está sendo alterado, Senhores. Seria ferir o princípio federativo, quebrar a autonomia, o equilíbrio que deve haver na Federação. Ouvi outro dia um conferencista falar esta semana em Curitiba que não criamos o pacto federativo através de um pacto. Não fizemos um acordo no Brasil para criar a Federação. Pode ser até que não. Pode até ter sido imposta a nossa sociedade que não se organizou como nos Estados Unidos para formar a federação. mas hoje temos consciência dessa federação. Hoje vivemos para essa federação. Não podemos abrir mão da federação, na autonomia que os entes federativos têm. Isso funciona bem? Funciona muito bem. Precisa simplificar o sistema? Vamos simplificar de uma outra forma, mas não modificando o texto constitucional. Criando emendas que mais tarde nos tornarão responsáveis por esta fase negra da história. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Orlando Pessuti**)

Agradecemos a participação da Procuradora Josélia Nogueira.

Nesse momento em que vamos iniciar os debates convidamos à Mesa a Professora Betina, os

demais palestristas também permanecerão aqui. Passo nesse momento a comissão dos trabalhos ao nosso Vice-Presidente da Assembléia Legislativa e da Comissão de Finanças o Deputado José Maria Ferreira. Ao final desse debate estaremos com um grupo de pessoas, não só da Assembléia mas de todos esses segmentos que se pronunciaram aqui e estão elaborando um texto para que possamos, ao final, verificar se esse texto é o texto que possamos tê-lo como uma cartilha inicial desse fórum de debate. passo a condução dos trabalhos ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Retomando os trabalhos, gostaríamos de agradecer as palavras da nossa Procuradora Josélia Nogueira que retratou as dificuldades que temos com a reforma e sabemos que se até hoje a reforma não saiu, foi muito mais em função do grau de dificuldade que ela representa.

Há mais de 5 anos que o atual governo vem pronunciando-se sobre a reforma e ultimamente se retirou do palco de discussão porque viu o atoleiro que era o governo se meter nessa discussão onde todos esperam ter alguma vantagem e o governo também quer ter a sua parcela. Muito bem retratada aqui pela nossa Procuradora do Estado, Dra. Josélia, esta dificuldade. Não é fácil, quando todos querem ganhar e pretendem ganhar e ninguém quer pagar mais e nós já temos uma das maiores cargas tributárias do mundo, comparando-se a países do Primeiro Mundo e com prestação de serviços de países de Terceiro Mundo. Precisamos encontrar uma forma de adequar a carga tributária com serviço prestado e agilização da questão das exportações, um dos objetivos maiores colocados pela Dra. e por outro lado, os municípios foram a partir de 88, os grandes perdedores. Se efetivamente acumularam alguma receita, por outro lado, tiveram a transferência de encargo, acima da possibilidade da sua capacidade de arrecadação por isso entendemos que essa discussão é extremamente importante e quero elogiar o nosso presidente, Deputado Nelson Justus, pela sensibilidade em permitir e patrocinar a discussão e pela organização do Deputado Pessuti.

Passaria a palavra à Dra. Betina para que possa discorrer sobre o Direito Tributário na Comissão de Orçamento.

A SRA. BETINA GRUPENMACHER

Inicialmente gostaria de cumprimentar o Deputado Nelson Justus e Orlando Pessuti pela iniciativa de promover esse debate e pela felicidade na escolha do tema do debate que é defesa do pacto federativo, porque acho que quando a gente fala e analisa a Reforma Tributária, estamos analisando a questão do pacto federativo. Essa Reforma

Tributária, tal qual está posta pelo governo, investe frontalmente contra o pacto federativo e, investindo contra o pacto federativo, investe contra o Estado Brasileiro.

Eu vejo a Reforma Tributária como um grande e sério risco para o Estado brasileiro que pode, inclusive, numa situação extrema, levar ao caos, ao fim o Estado brasileiro, porque vai acabar com a federação através da infração a discriminação de competências tributárias. O pacto federativo é cláusula pétrea na constituição, ou seja, não pode ser alterado de qualquer maneira, inclusive por uma emenda constitucional, principalmente por uma emenda constitucional. A maneira como está proposta essa reforma que vai ser, provável, através de uma emenda constitucional, essa emenda é absolutamente inconstitucional. Creio que se aprovada, tal qual está colocada, ela resiste a uma aferição de constitucionalidade pelo STF por investir contra o pacto federativo e, fundamentalmente, contra os direitos e garantias individuais dos contribuintes.

Então as inconstitucionalidades que estão nessa emenda constitucional são tantas, que se aprovada, ela não resiste a uma análise de constitucionalidade do STF e acho difícil a sua implementação. É verdade que o Poder Executivo Federal utiliza alguns argumentos que são bastante sedutores para tentar aprovar essa emenda que diz que a Reforma Tributária vai propiciar uma simplificação do sistema, que vai reduzir a sonegação através da diminuição dos impostos declaratórios, que vai reduzir a carga tributária em relação ao imposto de renda com o aumento do número de contribuintes. Na verdade são todos argumentos muito sedutores, mas que estão aí, para omitir o efeito da Reforma Tributária, que é o fim da Federação.

Nós, hoje, temos inúmeros mecanismos na Constituição que protegem a Federação, como é, por exemplo, a aprovação através do CONFAZ, de qualquer benefício que seja dado em termos de ICMS. Ou seja, os Estados devem de comum acordo aprovar qualquer benefício que seja dado em relação ao ICMS, com o intuito dessa nova constituição é evitar a guerra fiscal e com isso evitar que se ponha em risco, o pacto federativo.

Essa única norma que existe na Constituição que já é para proteger o pacto federativo, é comumente desrespeitada e os Estados muitas vezes instituem benefícios em relação ao ICMS que não passaram pela aprovação do CONFAZ, como aconteceu, por exemplo, recentemente em São Paulo com benefícios setoriais de ICMS.

Já esses pequenos benefícios conduzem a uma guerra fiscal, o que diremos se aprovada esta reforma tal qual ela está colocada?

É fundamental colocar que o Brasil não tem, na verdade, a maior carga tributária do mundo.

Outros países como Estados Unidos, Japão tem cargas mais pesadas do que a nossa. Mas a nossa carga é uma das mais pesadas e nem assim o Governo consegue saldar sua folha de pagamento.

Mal consegue saldar a folha de pagamento com a carga tributária que nós já temos.

O problema na verdade da Reforma Tributária é que ela é uma expressão equívoca, para o Governo, Reforma Tributária é aumentar a carga tributária.

Para o contribuinte Reforma Tributária é reduzir a sua carga tributária. O contribuinte, infelizmente, vai se ver frustrado nessa reforma porque realmente não vai obter nem a simplificação da arrecadação através da legislação infra-constitucional e nem a redução da carga tributária.

A Dra. Cláudia acaba de dizer aqui que em termos de ICMS nós passaríamos, provavelmente, de ISS a 22% que é um absurdo, é inconcebível, é confiscatório. é o que a gente puder chamar ainda é pouco em relação a isso.

Na verdade acho que poderíamos fazer uma análise do lado do contribuinte, Estados e Municípios, para o contribuinte, como é um desastre para os estados e Municípios e para o Estado brasileiro, essa Reforma Tributária também é um desastre para o contribuinte. Porque o contribuinte vai ter atropelados direitos e garantias individuais que foram consagradas e estão mantidas em outros capítulos da Constituição através da Reforma Tributária. No Brasil, na verdade, o problema é que o contribuinte tem que deixar de ser visto como um financiador de gastos públicos para ser visto como cidadão e isso não acontece, em absoluto, e não está acontecendo novamente. Como dizia a Dra. Josélia, temos uma das Constituições mais perfeitas do mundo em matéria tributária. E, eu num momento anterior, já me coloquei radicalmente contrária a qualquer alteração no texto Constitucional. Admito que estamos precisando de pequenas alterações e para quê? Para simplificar o sistema, efetivamente, e reduzir os custos administrativos do contribuinte que para obedecer essa legislação complexa e desordenada que temos a nível infraconstitucional, aumenta o seu custo administrativo. Então precisamos de uma reforma para reduzir o custo administrativo e para fazer com que o Estado não arrecade mais, mas que arrecade melhor. O Estado não precisa arrecadar mais, precisa arrecadar melhor e vai conseguir isso com a simplificação da legislação infraconstitucional. Então há necessidade de uma alteração do texto constitucional mas não com tal profundidade, com tal grandeza como ela está sendo proposta hoje. Porque, na verdade, a carga tributária no Brasil como dizia não é a maior, mas ela é mais sentida, como dizia o Professor Geraldo Ataliba, porque não temos um retorno em benefícios e outros serviços, e

porque a legislação infraconstitucional é realmente desordenada, complexa, aumenta o custo administrativo das empresas e dos contribuintes.

Então, na verdade o contribuinte teria que ter sido mais respeitado ou considerado nessa reforma constitucional e não foi, temos, por exemplo, o Art. 145, par. 3º, que prevê autoriza a quebra do sigilo bancário pela administração fazendária, isso é um risco e uma infração aos direitos e garantias individuais que não tem realmente parâmetros que a gente possa comparar.

Hoje temos com a maior facilidade, a Dra. Jocélia, Dra. Claudia são testemunhas disso, se há necessidade de consultar a conta bancária ou qualquer outra informação do contribuinte, os juízes autorizam isso, desde que demonstrada a necessidade, com a mais absoluta facilidade. Agora, deixar isso para que a administração faça, ou seja, o fiscal pode agora, ele mesmo, obter informações das contas bancárias do contribuinte. Infelizmente, temos uma cultura hoje no País, dos fiscais, é lógico que isso não é uma generalidade, existem felizmente exceções, mas que é um problema, os fiscais se acham onipotentes, onipresentes muitas vezes, devassam contas e contabilidade do contribuinte, quer dizer, tendo a possibilidade de verificar ele próprio, a conta sem autorização judicial, isso realmente pode levar ao caos. Ou ainda, contra o contribuinte nessa Reforma Tributária, temos a manutenção da substituição tributária progressiva, ou seja, o Poder Executivo continuará podendo tributar antes da ocorrência do fato gerador, ou seja, não se praticou o fato tributável, e no entanto, é possível a tributação.

O Dr. Eron Arzua sempre deu um exemplo que acho muito ilustrativo e claro do que essa substituição, que é o imposto "causa mortis". Ele diz: Bom, se a pessoa vai morrer mesmo, nós vamos cobrar já o imposto causa mortis, é isso que a Constituição diz, não é nada mais além disso, porque com certeza a pessoa vai morrer, então, ela já paga o imposto causa mortis, e está garantida a arrecadação. É isso que significa a substituição tributária progressiva.

Então, essa entre "n" outras hipóteses são situações que afrontam a segurança jurídica do contribuinte.

Nós temos hoje um texto constitucional, um supra princípio constitucional, que é o princípio da segurança jurídica do contribuinte. O contribuinte tem que ter segurança nas suas relações com o fisco. O poder tributário não é um poder amplo, total e ilimitado, a Constituição põe limitações.

Pergunto eu, nesse momento, que segurança, que segurança jurídica que o contribuinte poderá ter com essa reforma, tal qual ela está posta no momento. Então, acho que de fato os parlamentares

e quem tiver oportunidade nesse momento de intervir para que essa reforma seja aprovada tal como ela está posta, tem que cumprir esse papel porque é fundamental que a gente preserve os direitos individuais do contribuinte, o pacto federativo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Nós agradecemos as palavras proferidas pela Dra. Betina, e com certeza o Estado do Paraná está bem representado e estou vendo que está redonda, as questões com relação à procuradoria e com relação também ao Estado, no que diz respeito à Secretaria da Fazenda.

Nós ouviremos em seguida a palavra do nosso Deputado, vice-Presidente da Comissão de Orçamento, deputado Edson Strapasson e depois nós entraríamos nos debates, e antes tem o prazer e a alegria de registrar a presença do Presidente do Conselho Regional de Economia do Estado do Paraná, o economista Luiz Eduardo da Veiga Sebastian, muito obrigado pela presença e vem abrilhantar este momento aqui na Assembléia Legislativa.

Gostaríamos de cumprimentar e parabenizar o Presidente desta Casa, Deputado Nelson Justus e o Coordenador desse evento Deputado Orlando Pessuti, pela organização e pela iniciativa de trazer a esta Casa o estímulo à uma discussão de uma questão que é sem dúvida importante a todos nós, a União, aos Estados e Municípios e principalmente à sociedade.

O Governo Federal apressa-se em discutir e aprovar uma medida, uma Reforma Tributária e que a necessidade que a sociedade impõe na redução dos tributos, e principalmente na facilidade, ou seja, na busca do imposto único é tentando sair dessa parafernália de tributos que afligem a vida do cidadão e das empresas de todo o país. E apelando pela necessidade imediata em função da globalização, em função da necessidade do Estado se aperfeiçoar, o Governo Federal traz uma reforma que é muito discutível e com certeza não vai atender o interesse da sociedade, e vai trazer, sem dúvida nenhuma, um grande problema, uma grande preocupação a todos os Prefeitos, Governadores, enfim, a toda sociedade.

Falo aqui como Prefeito, como ex-Prefeito do Município de Colombo, aqui da Região Metropolitana, onde tive a oportunidade de sentir na carne a realidade que passa hoje os municípios brasileiros, especialmente aqueles que estão aí próximos ou recebendo o problema do êxodo urbano, social que vem para as grandes cidades.

Nesse momento há de se discutir, sim, a defesa do pacto federativo perante a reforma tributária, porque, na verdade, o Governo Federal apressa essa medida para tentar buscar, equilibrar as suas contas, jogando, mais uma vez, o peso desse

custo social para os municípios, que são aqueles que recebem no dia-a-dia a grande carga social dos problemas da educação, da saúde e de outros setores, que realmente o cidadão, especialmente aquele mais carente traz ao Poder Público.

Temos que considerar principalmente a cultura política do Brasil na questão tributária. É preciso dizer que ninguém paga, no Brasil, impostos porque quer, mas, assim, porque é obrigado. Existe pouca conscientização ou pouca explicação do investimento, do retorno social daquele pagamento que se faz, que aquela empresa faz para os cofres públicos. É importante dizer que quanto mais longe está o Poder Público do cidadão, menos se sabe do que o dinheiro é feito. Diria que do imposto municipal existe uma participação mais efetiva, mais próxima do retorno social daquele imposto que é pago. E diria que existe um distanciamento enorme entre o imposto federal e o retorno que ele traz à sociedade. Por isso, o alto nível de sonegação que impera no país, e nesse momento acho que deveríamos discutir mais profundamente o papel da União que deva ser exercido, enquanto Poder Público, o papel do Estado e o papel do Município, sem o qual não poderemos ser justos com a sociedade na aplicação dos recursos públicos em forma de impostos.

Diria também que nesse processo há de impor principalmente a descentralização do sistema tributário, porque não é possível que o Governo Federal, que é o grande centralizador na cobrança de impostos, continue querendo ainda centralizar mais essa cobrança, é preciso e é urgente que os Estados e os Municípios, que conhecem e vivem a sua realidade e conhecem muito melhor do que o Governo Federal a sua realidade, possam estabelecer critérios para que eles possam cobrar os impostos e devolver em forma de benefícios ao cidadão os investimentos públicos que se fazem necessários.

Então, muito mais importante que tentar apressar essa reforma como medida de fazer com que o Governo Federal equilibre as suas contas se faz necessário a discussão desses entes federativos, o Governo Federal, Estadual e Municipal, perante essa nova realidade e que eles passem de agora em diante a refletir sobre a necessidade de se reformar perante a nova realidade, perante a globalização, perante o novo momento de poucos recursos e muitos problemas. Mas, é importante acima de tudo que não somente na Assembléia Legislativa, mas em toda a sociedade se faça, se avance na discussão dessas questões para que tenhamos, sem dúvida, uma lei, uma reforma que seja para melhor e não para desespero dos governantes municipais, estaduais e principalmente da sociedade que certamente vai receber uma carga social sem saber o que está acontecendo com estes recursos.

Então, trago aqui a preocupação, como ex-Prefeito como o Deputado José Maria também o foi e outros ex-Prefeitos, onde os municípios recebem a grande carga social, o grande peso hoje recai sobre os municípios e, na verdade, não estão recebendo devidamente aquilo que querem.

O que quer o Governo Federal com esta reforma? O que quer o Governo Estadual, o que querem os Municípios e o que quer principalmente a sociedade que precisa urgentemente ser aliviada desta carga tributária, mas, quer saber também para onde estão indo e para onde irão os recursos que elas pagam para que se tenham benefícios à sociedade e não apenas representem apenas uma cifra aos governantes.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Agradecemos as palavras do Deputado Edson Strapasson, vice-Presidente da Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa que sintetizou o pensamento da grande maioria desta Casa representada no consenso de muitos Deputados.

Convidaria o Grupo Síntese para que, acompanhado do Assessor da Presidência, Raphael de Lala, se reunissem na Sala das Comissões juntamente à Dra. Rose Mary, a equipe da Assembléia, o Prof. Dennison, Dra. Josélia Nogueira, Dra. Cláudia Arzua e os representantes da AFEF, o Ramada e a Elizabeth.

Também convido o Ivo de Ângelis, a Dra. Betina e o Dr. Aristides Veiga para fazerem parte do Grupo de Trabalhos.

Muito obrigado a todos que participaram deste evento e tenho o prazer de convidar, para fazer parte da Mesa, o Prof. Arzua e o representante do CREA, Eduardo Sebastiane. O Deputado Orlando Pessuti reassumirá a presidência dos trabalhos.

Estão abertos os debates.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti)

Iniciada a fase dos estudos pelos grupos temáticos, continuamos aqui com nosso fórum de debates e se alguns dos presentes desejarem, continuamos abertos para as considerações.

Com a palavra o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Deputado Pessuti e demais participantes deste debate.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para colocar, enquanto Deputado do PT, que o nosso partido, desde sua fundação em 1982 criou um núcleo de estudos sobre a questão tributária no Brasil porque entendemos diferentemente de outras tantas pessoas que a tributação ou a reforma

tributária que está acontecendo agora ela tem dois caracteres: o caráter econômico e o caráter social.

O caráter social porque pode dentro das funções tributárias regular a sociedade, combater as injustiças de concentração, enfim, fazer com que as disparidades sejam amenizadas e o caráter econômico, diríamos assim, basicamente arrecadador.

Então, uma reforma tributária não pode ser apenas pensada como um instrumento de arrecadação do Estado, mas também um instrumento de uniformização. Para isto já apresentamos em abril de 1995 a proposta-mãe das reformas que era a reforma tributária, porque entendíamos que todo o processo de transformação de um país se quiser fazer as suas reformas tem que começar pelo caixa e pela uniformização básica pela questão econômica.

Então, fomos atropelados, o próprio Governo que está aí, atualmente deslegitimizado, primeiro pelo fraco apoio popular, pelo descompasso que existe na sua base de apoio no Congresso e também pelo atrelamento aos compromissos do FMI, hoje está deslegitimizado para fazer qualquer reforma, mas a reforma que ele preferiu fazer foi a reforma da reeleição e portanto caiu num vazio que hoje dificulta e por isso que está, Deputado Pessuti, de boa hora colocado este debate, porque o Governo efetivamente traz uma reforma tributária que tem meramente o caráter econômico, arrecadatário e centralizador, ao contrário e muito ao contrário da proposta que tínhamos já em 1995 pelo nosso grupo de estudos, com relação a tributação no Brasil.

Então a proposta do Partido dos Trabalhadores ela vem no sentido de que tenhamos alguns pontos como a progressividade dos impostos, é uma proposta nossa, imposto sobre grandes fortunas, que era a proposta do então Senador Fernando Henrique Cardoso, imposto de renda progressivo, imposto de renda mínimo, municipalização do imposto, continuar federalizado, ao contrário da proposta, o imposto territorial rural, com relação a questão da reforma agrária, unificação de cadastro, alteração do sigilo bancário para efeito de fiscalização e simplificação do sistema tributário.

Esta proposta foi apresentada inicialmente pelo Deputado Celso Daniel que não foi evidentemente colocada como pauta prioritária pelo Congresso Nacional, porque tinha outras prioridades, como por exemplo a reeleição do atual Presidente da República. O nosso Partido entende que a progressividade do imposto é uma coisa muito importante, sobretudo quando fala que a concentração territorial e o mau uso dos territórios urbanos e também dos territórios rurais e também defende que todos devem participar do processo de imposto, inclusive quando se fala da proposta do imposto negativo que temos colocado e que o Antonio Car-

los Magalhães agora fala de combate a pobreza, queremos ver ele apoiando a nossa proposta de emenda colocada no projeto M... em que coloca este imposto negativo e que todos serão cadastradas efetivamente para se tornarem cidadãos, porque cidadão não é aquele que contribui tão somente, cidadão não é aquele que exige, mas que também participe do processo de transparência desta máquina tributária, sendo cadastrado, participativo também no sentido de fiscalizar onde o imposto está sendo gasto.

Então, basicamente colocar isto, que o Partido dos Trabalhadores, ao contrário de muitos viéses que têm se adotado aí trabalhamos com o viés do caráter social, da justiça social da reforma tributária.

Obrigado, Deputado Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço ao Deputado Irineu Colombo e também informo aos presentes, já fizemos isto e uma forma um pouco rápida no início de que nós, através da União Nacional dos Legislativos Estaduais, que é nossa entidade associativa e sindical dos Deputados Estaduais, temos dado alguns passos que considero da maior importância.

Um deles foi conquistar, junto ao Presidente Michel Temer e ao Presidente Antônio Carlos Magalhães, um espaço, para cada dois, três meses, dependendo da conveniência da nossa instituição e da conveniência e necessidade dos presidentes da Câmara e do Senado, que possamos reunir a diretoria da nossa instituição, em conjunto com os presidentes de legislativos estaduais com os dois presidentes do nosso Parlamento Nacional, para que a gente possa estreitar os laços de amizade e de trabalho. Porque todas as vezes em que se delibera, a nível de Câmara Federal, Senado ou Congresso, isso tem repercussão nos Estados, nas assembleias e muitas vezes não estamos devidamente entrosados para praticarmos os atos dentro daquilo que é o interesse maior do Estado e da União.

Nesse sentido temos procurado participar dessas reuniões e, agora, nessa nossa reunião de hoje, com esses grupos de trabalho que já estão trabalhando, a nossa idéia e tenho certeza que ela será avalizada por todos, que esse nosso fórum não fique sendo apenas deste fórum, mas que se transforme num fórum permanente, para que nós, todas as semanas, através desse grupo de trabalho e espichando para os demais segmentos da sociedade, possamos ir nos aprofundando no debate dessas diferentes teses e propostas. E nos aprofundando cada vez mais nessa questão de pacto federativo, para que, nós, no Estado do Paraná, possamos ter unidade na forma de agir e de trabalhar, coisa que muitas vezes não temos e coisa que muitas vezes é criticada veementemente pela

sociedade paranaense, como um todo, quando diz que o Paraná, no momento de fazer a defesa do Estado lá fora, nunca joga unido e que a retaliação muitas vezes prejudica o Estado. Queremos, em cima desse fórum, desse pacto federativo da reforma tributária, desenvolver um aprendizado de que já foi prática em outras ocasiões - posso aqui dizer da frente parlamentar da agricultura, que tínhamos há uns seis, oito anos atrás e que resultados positivos trouxe ao Paraná no campo da agricultura e da pecuária.

Neste momento, passo a palavra ao Sebastiani, do Conselho Regional de Economia, para que também deixe registrado o seu ponto de vista e anuncie aos demais, que aqueles que desejarem ainda se manifestar - o Deputado José Maria Ferreira se inscreve - que é muito importante a participação de cada um de vocês, que cada um possa registrar o seu pensamento e o seu ponto de vista, porque todo esse novo trabalho está sendo taquigrafado pela nossa equipe de taquígrafos da Assembléia Legislativa, pelo setor de taquigrafia, e isso ficará registrado, aqui, nos Anais desta Casa, servindo como fonte de consulta a todos nós e a todos vocês.

O SR. SEBASTIANI (Do Conselho de Economia)

Obrigado, Deputado.

Excelentíssimo Deputado Orlando Pessuti, Deputado José Maria Ferreira, foi um convite surpresa para mim à Mesa, mas é com muita honra e satisfação que componho esse importante evento e momento para a sociedade paranaense, em particular, discutir a questão tributária. Ainda que possa parecer no afogadilho da discussão tributária no Congresso Nacional, a importante palavra do Paraná se coloca sempre um espaço.

O Conselho Regional de Economia vem se preocupando com essa questão, obviamente com um viés econômico, mas também trazendo à luz algumas questões que procuram desmistificar algumas questões colocadas, por exemplo, como o grande peso da carga tributária no Brasil, colocado a nível de 30%, dependendo da variação do PIB, 28, 29 ou 30%.

Boa parte de nós, economistas, temos claro que não é o peso em si que torna o sistema tributário brasileiro difícil, complicado. Países da Europa convivem com um peso tributário na formação do PIB muito mais elevado e com uma condição de estado de bem-estar social também bastante avançado, elevada e portanto importante para a sociedade. A questão tributária é um pacto que se estabelece na sociedade para estabelecer a forma de contribuição e quem deve contribuir para a constituição de uma sociedade mais justa. Esse é o sentido maior.

Me vem à memória uma frase colocada num artigo do também economista Mangabeira, onde ele cita um americano anônimo que diz que ele se dispõe a pagar o imposto, gosta de pagar imposto, desde que, com isso ele esteja comprando a civilização. Acho que é mais ou menos esta perspectiva que se tem que ter para um país com grande dificuldade social, uma enorme desigualdade social, onde temos que estabelecer e focalizar, na nossa sociedade, aqueles segmentos sociais que tenham uma maior capacidade de contribuição.

Então, não é carga tributária, em si, um peso significativo. Dentro da América Latina o Brasil é muito próximo da Argentina, do Uruguai, até de outros países de economias menos fortes do que a nossa, é muito próximo do Canadá, da Nova Zelândia, da Austrália, então não é nada absurdo. A exceção sempre fica com os Estados Unidos, no entanto os Estados Unidos têm uma Constituição, uma estruturação política e social muito diferenciada dos países da Europa, num estado que conseguiu dar condição ao cidadão de empregabilidade, e tantas outras questões que sabemos. Mas, por mais avançada e hegemônica que seja esta economia, ainda não se constitui estados de bem-estar social como se constituiu nos países da Europa. Tem ainda problemas na área previdenciária, de saúde, educação pública.

Então, este é o desafio colocado pelo país, e a questão tributária é fundamental para a busca desse ideal, mas com o aspecto que foi aqui colocado, muito bem, de alguma flexibilidade.

Hoje, estamos num momento tributário muito particular. Convivemos com uma estrutura tributária estabelecida de fora para dentro, temos aí uma convivência, um acordo internacional, com o Fundo Monetário Internacional, isso é inegável que estabeleceu quanto o Brasil tem que produzir de superávit fiscal e de onde, quais são as fontes que têm que ser mobilizadas para isso. Tanto isso é complexo que ainda temos uma proposta do orçamento, apresentada pelo Governo Federal, o PPA, que considera a manutenção de impostos que deveriam ser provisórios.

Uma questão que é importante que se tenha em vista, é uma flexibilidade, no sentido de entender que os impostos têm que se adaptar à conjuntura econômica e não ao contrário, por exemplo, se há um determinado momento que para um país é estratégico exportar mais é importante que possa, num mecanismo rápido e ágil, a desoneração nessa área de exportação para produzir um superávit na balança comercial. E tantas outras formas que estabeleçam uma condição de flexibilidade e também de igualdade entre os Estados. Igualdade não significa dizer algo unitário, mas que possa dar algum aspecto de distribuição de renda entre os Estados da

Nação também. Ao mesmo tempo, é importante que se tenha em vista que o sistema tributário seja bem estruturado e coordenado para evitar situações de guerra fiscal que vêm penalizando as finanças dos Estados em função exatamente de uma falta de coordenação tributária, neste país.

Então, é essa a mensagem que nós, do Conselho Regional de Economia, gostaríamos de deixar, mais uma vez parabenizando a Assembléia Legislativa, o Deputado Orlando Pessuti e José Maria Ferreira, nos colocando a disposição para trazer também a discussão do ponto de vista econômico, porque é importante, mais ainda, a posição dos advogados da área tributária, enfim, dos técnicos da Receita Estadual e Municipal.

Meus agradecimentos, e estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (**Orlando Pessuti**)

Muito obrigado, Dr. Sebastiani.

De imediato, passamos a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, até explorando o nosso Dr. Heron Arzua, pela sua experiência, enquanto Secretário Municipal, que conviveu com os problemas do município, e enquanto Secretário da Fazenda, gostaria de fazer a seguinte pergunta: o Governo acusa que de cada três reais que ele arrecada, um é sonegado. Então, esta é uma evasão fiscal em torno de 30%, que poderia, no mínimo, ser arrecadado. Isso, numa das hipóteses das melhores. 30% a mais poderia ser feito essa arrecadação.

O Governo tem dificuldade para arrecadar o que já se estabeleceu. Observamos que de onde sai a grande parte dos impostos, especialmente de Renda, é da folha de pagamento. E mais recentemente veio a público, que grande parte dos Bancos, especialmente de Bancos estrangeiros, não pagam impostos. Temos uma dificuldade extrema do Governo em fazer essa reforma.

E aí, quero discordar do Deputado Irineu Colombo. Pena ele não estar presente! Que a despeito dos erros, equívocos na administração de Fernando Henrique Cardoso, especialmente a tributária, a política, mas é uma ação muito difícil, porque todos querem ganhar e ninguém quer perder. E o contribuinte não pode pagar mais impostos, porque já é uma taxa extremamente elevada. Tem previsão a Secretaria da Receita Federal, que este ano, a taxa, a parcela que o "leão" vai abocanhar será de 33%, inclusive você falou PIB, em função, inclusive, da redução do PIB vai elevar a carga, porque os que pagam, continuam sendo os mesmos.

O que seria necessário, Dr. Eron, para que pudéssemos, diante desta legislação que está aí, melhorar a arrecadação, e por que não se faz uma arrec-

adação eficiente na lei, de acordo com a lei que aí está. Porque ontem, o Governo Federal, através do seu Líder no Congresso, já dizia que vamos para umas mini-reformas. Que vamos só tirar de cascata o COFINS e o PIS, que são a parte do Governo que ele pode contribuir para reduzir o custo Brasil, especialmente no que diz respeito ao estímulo às exportações. O que seria possível diante dessa lei, diante desse quadro que temos de arrecadação e de impostos.

É sabido que não somos um país que mais tributa, mas somos o mais injusto na tributação. A Alemanha, por exemplo, está em torno de 45% do PIB, a Itália próxima. Mas temos o Japão, que é uma grande economia que tem 21%. E o Brasil, com esta dificuldade de devolver o serviço a sociedade tem em torno de 30% o ano passado e estima-se 33% este ano, segundo os dados da Receita.

Em função disso tudo, qual seria a sua visão em função da sua experiência nos dois setores, o estadual e o municipal, que pelo que estamos a ver é o que mais vamos sofrer nesta reforma que se pretende fazer.

Muito obrigado!

O SR. HERON ARZUA

Senhor Presidente Deputado Orlando Pessuti, meus companheiros de Mesa, Deputado José Maria, senhores e senhoras.

É um prazer estar aqui de volta a Assembléia Legislativa, participando de um debate tão importante como esse.

Vou resumir aqui a minha participação, porque a Procuradora do Estado já disse, mais ou menos o que penso a respeito. Para mim não há necessidade de nenhuma reforma tributária Constitucional. O que o sistema tributário carece é de aplicação da lei, é de você instrumentar os órgãos de arrecadação, instrumentar o aparelho fiscal da União, dos Estados e dos Municípios. Pura e simplesmente aplicar a lei. Se você fizer isso, você está tendo um resultado muito eficiente do nosso Sistema Tributário, que considero um dos melhores do mundo, em matéria de configuração constitucional. Todas as críticas que podemos fazer ao Sistema Tributário Brasileiro, ele não se encontra na Constituição. A sede não é constitucional.

Quando falamos de cumulatividade dos impostos, o PIS, o COFINS, a CPMF, a contribuição social sobre o lucro, que são tributos federais, criados após uma reforma que tivemos em 1965, uma reforma muito racional, bastante flexível. Que de uma forma ou de outra, ela se encontra na Constituição de 1988.

Quando se fez a reforma de 65, haviam alguns objetivos. Tínhamos um período autoritário e por isso foi fácil fazer a reforma tributária na época. Tín-

hemos alguns princípios a serem observados. O princípio da centralização. A União seria o comandante do desenvolvimento nacional. Dentro desse desenvolvimento nacional, com a visão de um Brasil grande, tivemos a criação de vários instrumentos, não só o tributário, como sociais, bancos de desenvolvimento, fundos de garantia de proteção ao trabalhador, etc. Havia uma ideologia em torno do crescimento e do desenvolvimento econômico. E a reforma tributária aliou-se a isso. O grande mérito da reforma foi a introdução do ICMS. Que nada mais é que a cópia do imposto sobre o valor agregado criado na França e implantado no mercado comum europeu.

Diria que os defeitos do nosso Sistema Tributário não estão na nossa Constituição. Porque uma reforma tributária, num regime democrático em que existe uma federação com a participação da União, dos Estados e ainda dos municípios. Caso singular no mundo. Em que há uma necessidade de distribuir esses recursos. É evidente que nunca teremos consenso entre o que compete a União, os Estados e os municípios se não virmos o outro lado. A quem compete fazer os gastos? Teríamos, antes de uma reforma tributária, fazermos uma revisão completa na reforma fiscal. Fazermos uma discriminação constitucional de gastos. Discriminação constitucional de despesas e de atribuições. Mas isso é impossível no momento, porque a sociedade clama por uma reforma tributária. Claro que cada um tem a sua reforma tributária. Todos querem a reforma tributária, mas não existem duas pessoas que concordem com o mesmo sistema.

Como fazer então? Na minha visão, que já é a visão que tinha quando Secretário de Estado, não mexe nos impostos dos Estados e dos municípios. A União que trate de fazer com que as contribuições sociais sejam também não cumulativas.

Isso que o Deputado Líder do Governo falou ontem: a reforma tributária mínima e não precisa mexer na Constituição. O IPI você acaba e nem precisa de um decreto do Presidente, basta uma portaria do Ministro da Fazenda reduzindo os oito mil itens para quatro ou cinco que são os expressivos. Automóveis, bebidas, jóias, e fica por aí. Por que essa obsessão de querer mexer com o ICMS, que é um tributo estadual? Foi criado como ICM, porque a Comissão de Reforma de 1965, patrulhada pelos militares, disse, por escrito, que era impossível você manter a federação se não desse aos Estados um imposto com nível de arrecadação que, somente um imposto sobre o consumo generalizado pode dar.

Guerra fiscal? Guerra fiscal existe no mundo inteiro. O que precisamos é organizar fiscalmente os Estados. os Estados que podem dar incentivos fiscais que dêem. Agora, se quisermos acabar com os incentivos fiscais, basta aplicar a Lei Comple-

mentar nº 24. Não é por falta de instrumentalização jurídica que existe a guerra fiscal. É porque não aplicamos a lei. Quando estávamos no Governo, São Paulo criou uma tributação favorecida para o setor de informática. Entramos com uma representação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. Demorou um pouco, mas afinal veio declarando inconstitucional o decreto de São Paulo.

Todos os incentivos, sem exceção, são inconstitucionais. Mas existe a solidariedade dos Estados. Daí me perguntam: Por que nós do Paraná não argüimos a inconstitucionalidade dos incentivos de Goiás, de Sergipe e do Piauí. Porque entendemos a situação de dificuldade que eles atravessam. A situação de dificuldade de Estados que não são nivelados economicamente. Temos São Paulo de um lado e o resto do Brasil do outro. O Nordeste, então, fica com muito pouco.

A minha visão é muito simples. Não mexe na Constituição. Você tem é que aperfeiçoar a lei ordinária, simplificando a tributação, e existem exemplos maravilhosos de tributação. O Governo Federal criou o SIMPLES Federal, que é uma forma simplificada de pagar imposto, você paga todos os impostos numa guia só com percentuais muitos pequenos, resolveu o problema de 80% das empresas nacionais. Quando eu estava na Secretaria, verifiquei que tínhamos 144 mil empresas no cadastro do Estado. Cinco mil eram responsáveis pela arrecadação de 96%. O que fizemos? Demos isenção para as microempresas e tiramos de início, de logo, 77 mil empresas do cadastro. Não precisa pagar imposto. Não interessa. Essa visão de sonegação é uma visão que considero um pouco distorcida. Não sei de onde as autoridades tiram esses dados, 30%, não sei o que, o comerciante não tirou nota fiscal, não pagou imposto. A economia está girando.

O Paraná deu isenção para as microempresas e a arrecadação do Estado não sofreu nenhum arranhão. Significou àquela época que aquelas 77 mil empresas nunca pagaram o imposto, mas o dinheiro circulava por aí. O dinheiro estava aí.

Então, quando se fala em sonegação, se pensa muito no problema da nota fiscal, do varejo e isso e aquilo, mas o ICMS que é um imposto sobre valor agregado, já foi montado para evitar a incidência no varejo. A grande arrecadação está na fonte, nas indústrias, no comércio atacadista e não no final.

Encerrando a minha participação, creio que é isso o que vai acontecer. A reforma vai ser muito pequena, os Estados não vão consentir nessa reforma da proposta do relator. A proposta do Dr. Everaldo M. é uma tragédia, é muito pior. O que vai acontecer é o seguinte: nada! Não vai sair essa reforma tributária. Se a União resolver simplificar as contribuições que ela criou, que são os impostos malvados que atingiram o Brasil hoje, o PIS, o

COFINS e conseguir uma gerência do ICMS que não é muito difícil, basta aplicar a lei 24 ou chamar os estados que eles mesmos concordariam nisso, tenho a impressão que o sistema poderia ser tranquilamente mantido.

Não vejo como se sustentar uma proposta que retira o ICMS dos Estados. Não há sustentação. Não vejo como você vai deixar os municípios sem fonte financeira, autônoma, porque a questão do repasse, nós aqui, do Rio de Janeiro para baixo, estamos acostumados com a decência.

Os governos estaduais não roubam os municípios, mas o norte e nordeste não ocorre. Então os municípios não podem ficar nas mãos dos governadores e os governadores não podem ficar nas mãos dos Estados.

Quando estava na Secretaria, bastava que uma escola do interior não pagasse o INSS, para a União suspender o repasse do Fundo Federal. Nem sabíamos o porque, até que instituímos o CPF (?) único porque o IBAMA, o IPÉA, o IPARDES, um órgão do Estado qualquer que a gente nem sabia que existia, tinha deixado de recolher, era um motivo para a União não repassar.

Esse negócio de repasse não existe. No Brasil isso é impossível dada a nossa cultura. Deixe a Constituição, deixem os Estados se acertarem. Guerra fiscal existe. Bastou ter federação, bastou ter dois municípios, vai ter guerra fiscal. O que precisa é que o Estado tenha um controle orçamentário.

O Paraná podia dar incentivo fiscal? No nosso tempo, podia, bastante. Hoje não sei se pode. Hoje a situação financeira piorou bastante. Mas o fato é o seguinte: o Estado que pode, dê. São Paulo não quer dar, não dê. Goiás precisa disso? Precisa.

O Espírito Santo precisa? Precisa, se não, morre tudo lá! Então esse é um problema que temos que ver com muita brasilidade! Então esse é um problema que temos que ver com muita brasilidade. Não podemos nos encarar como paranaenses, gaúcho ou paulista, temos que ver como brasileiros. Resumindo: aplicar a lei, fortalecer a fiscalização, fortalecer os órgãos administrativos que trabalham, criar um tratamento efetivamente prioritário ao pessoal da arrecadação e também que a União, Estados e os municípios passem a respeitar a lei.

Respeitar o contribuinte, fazer aquilo que está na Constituição. Não extrapolar, não deixar o Poder Judiciário entupido de questões judiciais e aí vem a indústria das liminares. Por exigências anticonstitucionais. Tudo no Brasil se fala em constitucionalidade porque a nossa Constituição, e isso é nosso, é uma Constituição pormenorizada, detalhista. Mas somos assim. Então tudo choca-se com a Constituição.

Primeiro: mantém a Constituição, trata da matéria a nível de Lei Ordinária e vamos parar de importunar a vida de todo mundo. Obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Queria saber um conceito seu. Parece uma unanimidade ou grande parte da sociedade brasileira dos estudiosos entende que o preço cobrado no destino seria um imposto justo. Como ficaríamos se isso vier a acontecer com a deficiente fiscalização que temos?

O SR. HERON ARZUA

Quando falamos em imposto de destino ou de origem temos que tratar de duas realidades. Primeiro: quando falamos que o imposto pertence ao estado de destino, ao País de destino, significa que o Estado onde ele é cobrado, finalmente, deve ficar com esta arrecadação. Este é o princípio que vige desde a instituição da taxa (?) na frança e do TVA do Mercado Comum Europeu. O Estado é de destino. Você quando exporta não paga nada e quando você importa vem com tributação.

No Brasil atribuímos a arrecadação ao Estado de origem, ao Estado de produção. Isso já foi instituído assim. Agora os economistas, com muita razão, me parece, querem a tributação no destino. Querem no destino mas que a arrecadação seja do Estado ou do país de destino. Isso não significa e não pode significar que a cobrança não tenha que ser feita na origem. Porque temos o exemplo não só dos combustíveis. É a maior sonegação que existe no mundo hoje, porque nas relações interestaduais ele não paga nada. Temos a energia elétrica e o petróleo no destino, hoje, sabemos disso. O Paraná perde porque a energia elétrica daqui sai e vai ser tributada só em São Paulo. A energia elétrica não tem problema porque pelas suas características não há como sonegar, mas os combustíveis é um caos.

Então é impossível num país do tamanho do Brasil conceber um sistema tributário em que o imposto vá ser pago no destino. ele não vai ser pago. Ele não vai ser pago nem na origem e nem no destino.

Então o Mercado Comum Europeu que tinha uma experiência muito boa com os alemães, com os franceses, com os ingleses, gente acostumada há 100 séculos a pagar imposto, para não haver sonegação. Mas agora que eles puderam os portugueses, os italianos, os gregos e os espanhóis começou a desorganização.

Então já viram que não é possível. Então, o que estão pensando de fazer hoje no Mercado comum Europeu? Cobrança na origem e câmara de compensação, você faz um acerto ao fim para fazer. Então, imposto o destino, dois problemas: a quem pertence a arrecadação e como cobrar. O imposto no

Brasil cobrado no destino, tenho a impressão que nenhum Estado vai concordar, então esta é a visão que tenho deste assunto.

Quando estava na Secretaria, que se pretendeu no projeto do então Governo Collor se fazer isso, nos insurgimos por esse aspecto, só quem não conhece como funciona a tributação possa imaginar que no Brasil possa delegar que o imposto seja cobrado depois, o imposto tem que ser cobrado na saída, não pode ser cobrado depois porque simplesmente não será cobrado, a não ser que você estabeleça que cada Estado brasileiro você feche as fronteiras de todos os estados, de um para o outro, é o único modo de você cobrar um imposto de destino no Brasil, quer dizer, o caminhão não passa em fronteira nenhuma.

Você torna o Brasil 27 países, um sem comunicação com o outro, então como isso não é possível ou razoável, o normal é que se mantenha o pagamento na origem e se quiser atribua a arrecadação ao estado de destino. Na minha época, para o Paraná tanto fazia. Somos tantos produtores como consumidores.

Agora, em que parece a nossa industrialização melhorou um pouco talvez a gente perca, mas de uma coisa tenho certeza, você pode inverter destino e origem, São Paulo ganha sempre.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti)

Mais alguém do nosso Plenário enquanto aguardamos a chegada do grupo de trabalho. O Sebastiani deseja fazer mais uma intervenção.

O SR. EDUARDO SEBASTIANI

Mais uma pergunta e aproveitando a presença do Dr. Eron Arzua que nos ensina muito mesmo na área fiscal e tributária pela sua experiência. A respeito um pouco também do Deputado José Maria Ferreira colocou, mas uma questão mais específica que eu havia levantado, a questão da guerra fiscal. O Doutor Eron Arzua colocou com razão que outros países também mesmo numa federação, aplicam entre os seus Estados ou Províncias, algum tipo de, que não chamaria guerra fiscal, mas de concorrência fiscal. Pegar um país específico, a Itália, isso para trazer pequenas e médias empresas ao Norte da Itália, por exemplo a região da Bolonha, Milão, estabeleceu esta condição de concorrência fiscal, mas era um jogo de cartas abertas, que não entrava só a questão fiscal na concorrência com outras regiões da Itália e mesmo da Europa, ela corre não só com regiões do mesmo país, mas já em todo continente europeu, então estabelece isso.

Ocorre que o Brasil exatamente pela falta de coordenação existente, seja pela União, e também um acordo com os Estados, a nível de CONFAZ, estabeleceu essa guerra, e guerra o próprio nome

diz que não há beneficiados na guerra, a não ser aqueles que usufruí da guerra entre as próprias trincheiras, que foi o que aconteceu os países e os Estados, obviamente as empresas que aqui se instalam como condição esta guerra estabelecida, o leilão fica mais intenso e favorável a ela. Então é isso que me referia a guerra fiscal, não a concorrência fiscal existente nos Estados Unidos, na Europa, isso sem problema nenhum, mas que a variável tributária é uma das variáveis não é a única, tem a variável de infra-estrutura, de localização, enfim de todos os outros dados.

Então, quando se fala não propriamente no âmbito da reforma tributária mas como um defeito da nossa estrutura tributária, o efeito dela, e um efeito que defeito à guerra fiscal, é sobre esse aspecto, não da concorrência tributária, gostaria que o senhor pudesse comentar um pouco a respeito disso, e um outro dado também, a questão da elisão fiscal, e é uma questão legal, são brechas legais, e vez por outra ouvimos até publicidade mesmo do planejamento tributário, as empresas devem procurar o planejamento tributário que é muito interessante, que nada mais é do que a exposição que existe na lei, mas a exposição técnica do empresariado de como escapar do fisco, sendo que a população, por exemplo, cuja renda é o salário, fundamentalmente não há como se socorrer dos préstimos de um tributarista para aplicar o planejamento tributário. Então, essa questão da elisão fiscal acaba sendo, vamos dizer assim danosa por sua vez e isso é população na medida que recai o grosso da tributação aqueles que não conseguem usufruir desses mecanismos legais.

Então, seria a segunda pergunta: se nessa reforma ou mini reforma, ou reestruturação tributária, ou como possa ser chamada, não seria também interessante limpar um pouco dessa complexidade da possibilidade de fugas de tributação, fugas de pagamento de impostos por conta de diversas legislações, que não estão na Constituição, mas estão nestas Leis Complementares?

Muito obrigado!

O SR. HERON ARZUA

Bom, com relação a concorrência ou a guerra fiscal a minha é de que isso vai existir sempre, se não for pela via do instrumento do tributo, vai ser pela do orçamento, você coloca dinheiro no orçamento e convida as empresas a virem. Isso existe no mundo inteiro, na Europa é uma guerra de um país contra o outro, mesmo com "IVA" todo mundo quer ser rico, todo mundo quer se industrializar. Então, é muito difícil você cortar isso.

O CONFAZ foi criado, se vocês pegarem a exposição de reforma de 1965, feito pela Comissão de Reforma, eram altos economistas e juristas, eles

começaram dizendo que o objetivo da reforma tributária era:

Primeiro: acabar com a guerra fiscal.

Então, a guerra existe desde que o Brasil existe, desde que o Brasil é uma Federação. Se tiver o Município de Colombo aqui, o Município de Curitiba os dois vão brigar para levar as indústrias de informática para lá, agora um tributa a 1%, o outro a 2%, não tem como você gerenciar isso, não tem, claro que não é só o problema tributário, mas ele influi.

Então, o CONFAZ foi criado para evitar isso, só que no CONFAZ, como o CONFAZ é cópia idêntica de um mecanismo que existe no comitê do Mercado Comum Europeu, eles copiaram, o Delfim Neto quando Ministro em 1967 copiou o mecanismo no Mercado Comum Europeu e daí a unanimidade, muita gente acha, não mas a unanimidade e tal, acontece que é unanimidade, sim, porque se você der uma isenção no Paraná, você pode quebrar uma indústria no Pará.

Então, se o sistema do CONFAZ, o sistema de gerenciamento, que podia ser outro, não precisava ser do Secretário da Fazenda, podia ser dos Senadores, podia ser de qualquer representante, das Assembléias já tem idéias melhores para a composição de um CONFAZ. Se isso fosse respeitado a guerra fiscal se tornaria uma concorrência fiscal, por isso que hoje a guerra fiscal é feita fora dos parâmetros da lei. Agora, juridicamente qualquer estado que se sinta prejudicado com o incentivo que for dado para outro, se for ao Supremo Tribunal Federal ganha liminar no ato. Agora, é evidente que fica difícil você querer inviabilizar o sistema. Então, a minha crença é que você crie um "IVA" federal, que os Estados não tenham nenhum poder legislativo, ainda assim os instrumentos de atração de novas indústrias os Estados vão idealizar coisas novas.

Houve um tempo no Rio Grande do Sul, que o Rio Grande do Sul dava incentivo por ofício do Governador, ninguém ficava sabendo a não ser o Governador e a empresa, isso no começo da implantação do ICMS.

Então, isso é um negócio muito difícil, você quer que um sistema tributário seja montado para evitar a guerra fiscal, é você quer tratar o câncer com melhoral, é mais ou menos assim, não é aí o caminho.

Quanto ao segundo ponto que você se referiu da elisão fiscal, não é questão de brecha, as leis são feitas no "overnáculo", elas são interpretadas, e interpretação sempre temos de qualquer texto legal, pelo menos, duas ou três interpretações legítimas, coerentes, racionais e tal. Por isso existem os tribunais. Quando houver a dúvida O tribunal vai dizer quem tem razão, qual é a melhor interpretação. No Brasil,

como tudo se reporta à Constituição, quem diz o direito afinal, quem diz o que diz a constituição é o Supremo Tribunal Federal.

Agora, em matéria de Imposto de Renda, planejamento tributário. É evidente, uma das máximas do estado de direito é que o cidadão não é obrigado a pagar o imposto mais alto. Ele pode escolher. Pode fazer uma doação ou uma venda se o instrumento jurídico for legítimo, pode optar. Isto que as empresas de planejamento tributário fazem. Elas vão organizar a empresa, analisar a legislação e a partir daí procurar com que o contribuinte pague.

O povão brasileiro paga imposto porque ele paga o imposto de consumo, está no preço. Não é o Imposto de Renda o nosso grande imposto. Nosso grande imposto é o imposto do consumo, por isso esta reforma só fala em ICMS, ISS, Cofins, porque são os impostos que incidem sobre o consumo. Ninguém fala em reforma do Imposto de Renda no Brasil, a não ser o PT, que quer torná-lo mais progressivo. Ainda ontem os deputados rejeitaram a alíquota de 35% até por sobrevivência própria porque vai cair exatamente sobre eles.

O Imposto de Renda no Brasil: temos 11 milhões de contribuintes num país de 150 milhões de habitantes. Nos Estados Unidos, cem milhões de pessoas votaram nas últimas eleições presidenciais e eles têm 110 milhões de contribuintes do Imposto de Renda. O grande imposto da grande Nação mãe do mundo é o Imposto de Renda, mas para nós não.

O Imposto de Renda não foi idealizado para que empresa pagasse, quem tem que pagar imposto é a pessoa. A empresa apenas é um instrumento de organização. Num imposto ideal, mesmo no imposto americano, são poucas as grandes cooperações que pagam, quem paga é o acionista, a pessoa física. É um grande equívoco dizer que o Banco não paga imposto, podemos instituir o imposto que quisermos sobre o Banco e ele passa para nós que somos os correntistas. A empresa nunca paga imposto.

Quando estava na Secretaria chegava uma pergunta de uma empresa e eu chamava o Diretor de Arrecadação e pedia que segurasse a consulta para baixarmos um decreto. Aí ele baixava um decreto dizendo que não podia, por isso sempre digo aos meus clientes: jamais consulte o fisco. Porque se não houver eles vão fazer a regra e é assim que funciona. A cada medida que sai da receita federal ou estadual é tentando evitar alguma forma que o contribuinte encontrou de não pagar o imposto.

Agora, existem as limitações. A Constituição Federal, além de repartir renda, a grande função dela é proteger o cidadão, o estado de direito. É proteger o cidadão da tributação, é proteger o cidadão do avanço no dinheiro dele, esta é a função da constituição e por isso as garantias do cidadão são

muito importantes. Quando o Collor foi absolvido no Supremo Tribunal todos podemos até ter ficado indignados, mas de outro lado devemos ter ficado satisfeitos porque o cidadão tem garantia e é só com provas que ele pode ser condenado, não com notícias que ele gastou na Casa da Dinda, isso não vale, tem que provar, do contrário não pode ser condenado.

Então, o problema tributário é como o problema de todas as leis, elas giram em torno da interpretação. Tenho uma interpretação do IS, o Veiga que é Diretor do Departamento de Imposto sobre Serviço da Prefeitura tem outro, a interpretação dele como funcionário fiscal é mais abrangente, a minha como defensor do contribuinte é mais restritiva. Puxo de um lado e ele de outro, mas afinal, vamos ter alguém que vai dizer no Brasil quem tem razão. E isso você pode mexer o que quiser porque as leis são feitas com palavras, as palavras têm valor, têm conteúdo e o valor quem dá às palavras somos nós.

Então, leio um artigo na Constituição e tiro uma interpretação. A Doutora Beti, que é funcionária do Estado já tira outra, ela já vai dizer que o Estado tem direito, tem que pagar, aquele lá é sonegador. Digo, não, não é bem assim, veja bem o que diz a Constituição e não sei o que é tal.

Então, não tem. Você não vai conseguir nunca uma lei que seja assim solar clarividência. Temos o ICM foi introduzido em 1965, implantando em 68 e até hoje, trinta anos depois, não sei quanto, não sabemos ainda o que é circulação, o que são mercadorias e qual o fato gerador do imposto, se paga na transferência entre estabelecimentos, as questões fundamentais do imposto só agora vão sendo definidas pelo Supremo. Este é outro defeito que vejo na Reforma Tributária. Você muda os impostos, você acaba com o ICMS, você acaba com o ISS, você perde trinta anos de estudos de todo o mundo, dos juizes, dos advogados, dos fiscais de todos os que se empenharam, você perde toda uma história e vai inventar uma coisa nova e vai começar tudo outra vez.

Portanto, você pode fazer lei, portaria, regulamento, ordem de serviço, pode fazer o que quiser, sempre vai ter a interpretação dessa lei, porque nos comunicamos através da linguagem escrita e ela é assim, ela possibilita isto.

Uma senhora da platéia

Dr. Heron, gostaria de saber sobre as medidas provisórias, não há nenhuma previsão da Reforma Tributária mexer nas medidas provisórias?

O SR. HERON ARZUA

Até pensei que tivesse aí as medidas provisórias. É a tal história, estou numa Assembléia Legislativa, mas no Brasil o Governo não governa,

ele legisla e a Câmara de Deputados e as Assembléias não legislam. Elas tentam governar, às vezes conseguem, às vezes não. Quando conseguem, ainda bem.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Sempre parece que o doce do outro é mais doce. Por isso que o Governo tenta legislar e os legisladores tentam governar.

Mas estamos ao final da nossa reunião e é sempre importante agradecermos a todos os que aqui comparecerem: o Dr. Dennisson, a Dra. Rosemary, a Dra. Cláudia Arzua, a Dra. Josélia, a participação que tivemos dos nossos Parlamentares, o Deputado Edson Strapasson, da Comissão de Orçamento, Deputado José Maria, da Comissão de Finanças, a Dra. Betina e ao final também a participação muito oportuna do Sebastiani e do Heron Arzua para que o nosso debate pudesse produzir os resultados que esperamos e temos certeza que irá produzir.

Quero também agradecer a toda equipe do Comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa, aos jornalistas dos órgãos de imprensa que aqui estiveram, agradecer aos funcionários da nossa Assessoria Parlamentar, da nossa Liderança, da Comissão de Finanças, Orçamento, o agradecimento muito especial e bastante amplo às taquígrafas, ao Serviço de Taquigrafia da Assembléia que estão aqui desde o primeiro momento e até agora registrando tudo aquilo que aqui se disse para que possamos num futuro bem próximo ou num futuro bem mais distante ter isto como referência de um dia de trabalho da Assembléia Legislativa e de todos aqueles que se interessam pelas coisas do Paraná.

Quero agradecer ao José Maria Ferreira, ao Ademir Bier, Edson Strapasson, Deputado Francisco Amorin, nós o chamamos de Chico Noroeste, porque eles desde o primeiro minuto ao último permaneceram neste recinto nos ajudando na condução destes trabalhos.

Quero com vocês fechar a seguinte questão, vocês se reuniram com um grupo de trabalho que está agora concluindo a redação de um documento que, certamente, representará ainda que de forma superficial, não definitiva, a nossa avaliação àquilo que foi aqui abordado, até pela escassez de tempo e pela falta de nos aprofundarmos mais. Como disse anteriormente é nosso desejo e sei que de todos vocês, porque já conversamos com muitos de vocês, no decorrer desse tempo em que estamos falando em Reforma Tributária, que este fórum de hoje não termine nesse horário em que vamos concluir os trabalhos, mas que ele se transforme num fórum permanente, para discutirmos e acompanharmos a discussão da Reforma Tributária. E também dis-

cutirmos e acompanharmos essa questão de pacto federativo.

Nesse sentido proponho que se considere como aprovado o referendo de outras reuniões que possamos ter, esse texto elaborado por vocês que lá estiveram e que está sendo a sua redação concluída. E que possamos nos aprofundar nessa sexta, sábado e domingo e que segunda-feira, possamos quem sabe, através de telefonemas, trocar algumas idéias e ajustarmos uma outra reunião de trabalho, em cima da realidade que teremos do avançar dessa Reforma Tributária no Congresso Nacional. Não sei se na semana que vem deveremos fazer uma reunião, mas à promessa de que o Relatório Mussa Demis saia na semana que vem.

Daria, se assim for entendido por vocês, como aprovado esse texto que vocês elaboraram e marcamos uma outra conversa para a semana que vem - se for esse o desejo - caso vocês queiram, nós podemos ler o texto para que ele possa ser discutido e emendado.

Estamos quase há uma hora do encerramento programado. Sou um cara meio teimoso nesse aspecto.

Deputado José Maria, numa Questão de Ordem.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Questão de Ordem)

Teríamos mais cinco minutos e pelo menos teríamos o conhecimento do texto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti)

Acato a Questão de Ordem do Deputado José Maria e passo a palavra à redatora Dra. Josélia, para que faça a leitura do texto básico das conclusões desse trabalho.

A SRA. JOSÉLIA

De tudo o que foi debatido e do que ainda debatemos em conjunto nos grupos, concluímos que o Estado do Paraná deve tomar posição, para o atendimento do princípio federativo, à manutenção da autonomia dos Estados e municípios, para a manutenção dos atuais níveis de arrecadação durante a Reforma Tributária, para a garantia dos direitos fundamentais do cidadão. Aqui, não colocamos expressamente no texto, mas vai a crítica à quebra do sigilo bancário, que está sendo proposta, nos termos em que está sendo proposta na Reforma Tributária atual. A implementação de mecanismos fiscais, que favoreçam uma eficiente transição de sistema tributário outro. Porque a transição prevista no substitutivo não atende aos anseios nem dos estados, nem dos municípios.

Em conclusão, proponho ao Estado do Paraná, que qualquer proposta constitucional, que

não atenda aos princípios básicos a que estamos elencando, não seja aceita pelos nossos representantes, porque a nossa Constituição Federal tem uma característica do Estado social democrático de direito que não deve ser alterada. E ainda, privilegiada o respeito do princípio federativo, que deve também ser mantida. Essas premissas, que são básicas, são as premissas pelas quais o Estado do Paraná deve lutar nesta Reforma Tributária em curso.

O texto final deve chegar aqui em alguns minutos, mas em suma, foi isso que discutimos hoje em termos gerais. Seria impossível que fizéssemos um posicionamento muito específico. Porque esse substitutivo, já sabemos, vigora somente até o dia 30. No dia 30 o Deputado Mussa Demis apresenta outro texto e aí teríamos que fazer novo pronunciamento, são as premissas básicas. Novas premissas poderão ser eleitas assim que tenhamos o texto final.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti)

Agradeço a Dra. Josélia pela apresentação das premissas básicas, em cima daquilo que discutimos hoje, a luz daquilo que temos até então proposto e daquilo que conhecemos, até então, e diante desta manifestação submetemos a este Plenário estas premissas para que haja a concordância ou a discordância.

Estão aceitas estas premissas.

Diante daquilo que já afirmamos vamos, mais uma vez, reafirmar que na semana que vem, em dia a ser combinado, a partir de 2ª feira, porque hoje, em cima do laço, fica difícil definirmos, com todos um dia e um horário oportuno para todos. Para que possamos conhecer, mais aprofundadamente esta questão da Reforma Tributária, e que possamos, conhecendo o relatório apresentado pelo Mussa Demis, de forma mais conclusiva, que possamos descer a maiores detalhamentos.

Isso para que fique clara a posição do Paraná com a cobrança, na origem ou no destino. Para que possamos passar isso aos nossos Deputados Federais: Olha, a proposta que o Paraná entende, viável para o Estado, é a cobrança do destino, ou na origem, com repasse ao destino. Ou a cobrança na origem com crédito na origem. Que se possa definir com mais clareza, e aí com a participação, evidentemente, do Poder Legislativo, esta questão da nossa autonomia em relação à legislação tributária do País.

Que possamos avançar um pouquinho mais, ter uma visão mais aprofundada e definitiva com relação ao nosso posicionamento, com relação a implantação do IVV, com relação ao fim do ISS.

Enfim que se possa ter um posicionamento mais efetivo do Paraná para que possamos cobrar daqueles que vão votar, que vão definir a lei aquilo

que entendemos ser mais correto, mais interessante para o Paraná.

Quanto as premissas estamos também de acordo com elas e na seqüência entregaremos o texto final, dentro dessas premissas que foram apresentadas e aprovadas pelo Plenário.

Nada mais a considerar, reafirmo, mais uma vez, em meu nome, em nome do Deputado Nelson Justus, em nome do Deputado Hermas Brandão e dos demais Parlamentares, desta Casa, o nosso sincero e profundo agradecimento a todos que aqui compareceram e a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que este evento pudesse ser realizado.

Muito obrigado e que Deus nos abençoe.

Levanta-se a sessão.

Carta:

“EM DEFESA DO PACTO FEDERATIVO ANTE A REFORMA TRIBUTÁRIA”

Sob convocação da Assembléia Legislativa, reunidos em Fórum de Debates, parlamentares estaduais, prefeitos e vereadores, representantes de entidades e líderes da comunidade paranaense examinaram o problema da Reforma Tributária e - sem prejuízo de defenderem simplificação na atual sistemática - concluíram pela necessidade de, no encaminhamento de quaisquer mudanças, preservar o pacto federativo, nos termos assentados pela Constituição de 1988 vigente.

Assim, rejeitam fórmulas que procurem retirar a autonomia constitucional legislativa tributária dos Estados e Municípios.

O Paraná rejeita, em especial, propostas que - a pretexto de combater a guerra fiscal - visem transferir recursos de alçada estadual ou municipal para a gestão da União; reclamando ainda a revisão da sistemática introduzida pelas Leis Kandir, do FEF e do Fundo de Desenvolvimento da Educação.

Especificamente, pode-se chegar à conclusão de que a proposta PEC 175/95, (relatório Mussa Demes), não contempla pelo menos dois pontos

importantes que são de consenso da grande maioria:

1. O de que o Sistema Tributária deve fortalecer Estados e Municípios; e
2. Deve ser instrumento de promoção social e desenvolvimento econômico.

Neste sentido, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, juntamente com autoridades estaduais e municipais, técnicos, especialistas em assuntos tributários e professores universitários, recomenda:

1. O atendimento ao princípio federativo, para manutenção da autonomia dos Estados e Municípios;
 2. A manutenção dos atuais níveis de arrecadação de Estados e Municípios;
 3. Garantia de um eficiente sistema de transição decorrente da Reforma Tributária;
 4. Implementação de mecanismos fiscais que favoreçam a redistribuição de riquezas, objetivo fundamental do Sistema Tributário, e não a supressão dos já existentes, para implementação da democracia social;
 5. Eliminação de dispositivos que afrontem direitos e garantias individuais, como implementação do princípio da segurança jurídica dos contribuintes.
 6. Que, independentemente da adoção do princípio de origem ou destino na cobrança do ICMS Partilhado, que seja observado o princípio do ressarcimento ou compensação aos Estados produtores de energia elétrica, proporcionalmente ao sacrifício imposto com a construção das Hidrelétricas.
- O Paraná, em conclusão, é contra qualquer Proposta de Emenda Constitucional que não atenda a estes princípios, tal como prevê o Substitutivo em curso na Câmara dos Deputados, posto que nossa Constituição preserva o Estado Social Democrático de Direito, e privilegia o respeito ao princípio federativo - premissas merecedoras de observância estrita por parte dos agentes políticos representantes da sociedade.

Curitiba, 23 de setembro de 1999.

(a) DEPUTADO ORLANDO PESSUTI
Coordenador do Evento”